



INCT Caleidoscópio

NESTA EDIÇÃO

Apresentação/Editorial

Artigos

Construção de uma agenda de equidade na 5ª Conferência Nacional Temática de Ciência, Tecnologia e Inovação

Projeto MEInstruAÇÃO: enredando o Caleidoscópio no debate sobre as relações entre discurso, pobreza menstrual, meio ambiente em escolas de ensino médio no Brasil

Gênero, Raça e Desigualdades: Agendas para o Internacional

Comunidade científica brasileira em meados da década de 1950: desigualdades regionais e de gênero

Nota sobre as atividades do Observatório Caleidoscópio - Coordenação Sul Sudeste (1º/2024)

Incubadora Social Feminista Antirracista Norte-Nordeste e Amazônia Legal: relato das ações desenvolvidas no último semestre

Dicas de leitura

Feminismos e ferida colonial: uma proposta para o resgate dos corpos sequestrados no Brasil

Gênero e os trabalhos das mulheres. Percursos de uma trajetória de pesquisa

EXPEDIENTE

O Boletim do INCT Caleidoscópio tem periodicidade semestral e é construído de maneira colaborativa com o Observatório Sul-Sudeste, a Incubadora Social Feminista Antirracista Norte, Nordeste e Amazônia Legal e o Caleidoscópio Enredado nas Escolas.

Edição e curadoria: Karla Bessa e Inara Fonseca

Revisão: Cada autora realizou a revisão de seu próprio texto

Diagramação: Inara Fonseca

Acompanhamento do Fluxo Editorial e Comunicação: Inara Fonseca

Financeiro: Adélia Vaz

Apoio Institucional: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

CONSELHO EDITORIAL:

Viviane de Melo Resende (Viviane Resende)

Karla Adriana Martins Bessa (Karla Bessa)

Inara Fonseca Ferreira Mandu da Silva (Inara Fonseca)

Editorial: Instituto de Estudos Avançados em Iniquidades, Desigualdades e Violências de Gênero e Sexualidade e Suas Múltiplas Insurgências

Viviane Resende, UnB, vivianemelo@unb.br

Karla Bessa, Unicamp, kbessa@unicamp.br



Comitê Gestor do INCT Caleidoscópico celebra inauguração da sede, na Universidade de Brasília. Foto: Arquivo Pessoal

Este é o segundo boletim do INCT Caleidoscópico e vem carregado de reflexões e novidades.

A primeira delas é a realização do I Seminário Internacional do INCT Caleidoscópico, que ocorreu na Universidade de Brasília. O Seminário aconteceu entre os dias 29 a 31 de outubro, contando com apoio da CAPES, do CNPq e da Universidade de Brasília. Recebemos cerca de 200 pesquisadoras/es de distintas áreas do conhecimento e de todas as regiões do país, convidadas de 12 diferentes universidades do Brasil e do exterior, além de representantes dos ministérios da Ciência e Tecnologia (MCTI), das Mulheres e de movimentos sociais. Durante esses três dias, debatemos os desafios que enfrentamos para a equidade em ciências e as formas como realizamos esse enfrentamento.

O tema do Seminário foi “INCT Caleidoscópio articulando redes”, já que nosso objetivo, agora que estão implementadas as incubadoras (Norte-Nordeste a todo vapor; Sul-Sudeste e Centro-Oeste dando os primeiros passos) e coordenações do Observatório Caleidoscópio (capitaneadas pela experiência acumulada pela nucleação Sul-Sudeste), é centrar esforços na ampliação das nucleações regionais, chamando mais parceiras para somar conosco.



Participantes durante I Seminário Internacional do INCT Caleidoscópio. Foto: Arquivo Pessoal

No primeiro ano do INCT, conseguimos consolidar o Observatório, testar pilotos de Incubadora e de iniciativas em extensão e comunicação. Como mostramos na primeira edição deste Boletim, a nucleação Sul Sudeste foi a primeira a implementar uma coordenação do Observatório e já entregou realizações; a nucleação Norte Nordeste foi a primeira a implantar uma Incubadora, com a missão de desenvolver tecnologias sociais para prevenção das violências interseccionais nas universidades; a nucleação Centro-Oeste foi a primeira a realizar ações do Caleidoscópio Enredado nas Escolas, com propósito de discutir políticas de acesso e permanência com a educação básica, já linha de comunicação científica do INCT trabalha focada na sensibilização para a importância da inserção e atuação de mulheres nas ciências.

Neste segundo ano, os pilotos serviram de inspiração para a ampliação, criando-se as demais coordenações regionais do Observatório e completando a estrutura de incubadoras sociais atuantes em formação, pesquisa e extensão. E inauguramos a sede do INCT Caleidoscópio na UnB, um espaço adequado para o trabalho da formação, da pesquisa e da extensão feministas, mas também preparado para o cuidado e o acolhimento de que tanto precisamos para manter nossa energia para a ciência e para nossas lutas! Já estamos perto de encerrar o segundo ano de atividades do INCT Caleidoscópio, e sabemos que fizemos muito até aqui.

Dentre as atividades importantes ocorridas no primeiro semestre de 2024, está, sem dúvida, o decisivo envolvimento do INCT Caleidoscópio nos debates da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (5ª CNCTI), atuando em várias frentes. Primeiramente, organizamos uma Conferência Temática, transmitida ao vivo para todo o Brasil, na intenção de apresentar as várias áreas de atividade do INCT e de discutir, com gestoras e pesquisadoras, as questões que ainda marcam as iniquidades e desigualdades de gênero e étnico-raciais no fazer científico do país. Na sequência, ocorreram duas prévias nas quais o INCT Caleidoscópio esteve presente. Na primeira estivemos representadas pelas pesquisadoras Joana Maria Pedro (UFSC) e Morgani Guzzo (UFSC), que participaram da Conferência "Livre Mulheres e Meninas nas Ciências", realizada na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) e organizada pela Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC) regional de Santa Catarina. Outra importante participação foi na atividade convocada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), também preparatória para a 5ª CNCTI realizada no Rio de Janeiro e sediada na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), entre os dias 14 e 15 de março de 2024. Com o eixo temático "Mais Meninas e Mulheres nas Ciências: por uma agenda de equidade e interseccionalidade", a agenda contou com a presença da professora Dolores Galindo (UFMG) na abertura do evento, enquanto a professora Sílvia Lúcia Ferreira (UFBA) coordenou a mesa intitulada "Gênero e Financiamento à Pesquisa & Inovação no Brasil: contribuições a uma agenda de equidade e interseccionalidade". A pós-doutoranda do INCT Caleidoscópio, Zizele Ferreira (UFMG) coordenou a mesa "Baixa representação das mulheres em espaços de poder", com a Mestra quilombola Naryanne Ramos atuando como relatora na Plenária final.

Esta edição do Boletim inclui um balanço geral a respeito da Conferência do Rio de Janeiro e da organização e impactos da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Informação em relação ao debate sobre Mulheres e Ciências de autoria de Mirlene Simões, pós-doutoranda do INCT Caleidoscópio que esteve presente durante todo o evento como integrante de sua relatoria.

Os demais artigos que compõem este Boletim também tratam de temas fundamentais para pensarmos a relação entre condições mínimas de salubridade e dignidade e os desafios da educação. Problematicam temas como as graves desigualdades sociais que, em conjunto com a negligência dos Estados e seus respectivos gestores políticos, desequilibram o acesso ao ensino público e gratuito.

Dados sobre pobreza-menstrual e como meninas e jovens são afetadas em suas formações escolares levaram ao desenvolvimento do projeto MEInstrução. As autoras Gomes, Carvalho e Mattos nos apresentaram o projeto e seus desdobramentos.

Outro artigo no boletim trata do seminário “Gênero, Raça e Desigualdades: Agendas para o Internacional”, organizado pelo Núcleo de Pesquisa em Gênero, Raça e Diferença na Política Internacional (NUGRAD), que ocorreu em junho de 2024 em Brasília. De acordo com Maso, Prado, Selis e Santiago, “O seminário, está disponível na íntegra no canal do [Youtube no INCT Caleidoscópico](#), e foi uma plataforma para discutir como as desigualdades de gênero e raça se manifestam no Brasil contemporâneo e são enfrentadas tanto em contextos nacionais quanto internacionais”.

A historiadora Daiane Rossi nos trouxe notas de sua pesquisa sobre a comunidade científica brasileira de meados da década de 1950, analisando o contexto de criação da CAPES, sua missão desenvolvimentista e o desafio de institucionalização da pesquisa no país. Sua reflexão crítica parte de questionamentos sobre a composição de gênero da comunidade científica, investigando a participação de mulheres nas instituições de pesquisa e as condições que influenciam sua inserção no campo científico.

Temos ainda nesta edição, notas do Observatório Caleidoscópico - Coordenação Sul-Sudeste e da Incubadora Social Norte-Nordeste e Amazônia Legal sobre suas atividades no período. A seção dicas de leitura também está recheada de novidades.

Venham conferir nossa edição completa e deixem seus comentários, críticas e sugestões.

Artigos

Construção de uma agenda de equidade na 5ª Conferência Nacional Temática de Ciência, Tecnologia e Inovação

Mirlene Fátima Simões, Unicamp, mirlenefatimasimoes@gmail.com



Mirlene Simões (INCT Caleidoscópio) com outras pesquisadoras durante a 5ª Conferência Nacional Temática de Ciência, Tecnologia e Inovação. Foto: Arquivo Pessoal

A Conferência “Mais Meninas e Mulheres nas Ciências: por uma agenda de equidade e interseccionalidade” aconteceu nos dias 15 e 16 de março de 2024, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), como parte da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Contou com 778 inscrições, reuniu presencialmente 451 pessoas e apresentou cerca de 350 propostas. Teve como eixos temáticos: o Impacto da construção de estereótipos de gênero e raça na carreira de mulheres cientistas; o Combate à cultura do assédio e às violências de gênero e de raça na carreira científica; a Equidade e interseccionalidade no financiamento à pesquisa e inovação no Brasil; a Baixa representação das mulheres nos espaços de poder; as Políticas de cuidado e de maternidade em perspectiva interseccional.



Ministra Luciana Santos durante a 5ª Conferência Nacional Temática de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Foto: Arquivo Pessoal

Reuniu pesquisadoras e cientistas de diversas áreas, estudantes, professoras, técnicas administrativas, mães atípicas, avós, pais. Mulheres trans, cis, pessoas não-binárias. Indígenas, brancas, negras, pardas. As propostas e contribuições representaram esta diversidade, focaram na construção de políticas públicas de impacto social na vida de mulheres nas ciências com perspectiva geracional. Foi a celebração da reunião das mulheres em carreiras científicas para a promoção de direitos de equidade no universo da ciência.

Esta reunião começou com um chamado da Professora Miriam Grossi (UFSC), que estava na comissão nacional de organização da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, para que pudéssemos pensar conjuntamente sobre a participação das mulheres cientistas na conferência. A intenção inicial era debater como a 5CNTI poderia promover a igualdade entre gênero nas mesas de debate como também nas pré-conferências, e abrir o debate para a construção de políticas públicas de equidade de gênero na ciência. A tese inicial é que não se poderia repetir, sobretudo, a mesa de abertura da 4CNTI, há 12 anos atrás, composta essencialmente por homens brancos. Mesa essa que não refletia a diversidade de quem produz ciência no Brasil. Estes debates se iniciaram essencialmente pelos grupos organizados de whatsapp da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas e do INCT Caleidoscópio.

Foi quando em 25 de janeiro de 2024, em formato virtual, a Professora Miriam Grossi, propôs com diversos setores organizados e também setores independentes de mulheres uma reunião junto à coordenação da 5CNCTI e ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para pensar propostas que garantissem maior participação de mulheres

Participaram desta primeira reunião: Miriam Grossi, Cristina Araripe (Fiocruz), Mirlene Simões (SBPC/SP), Elisangela Lizardo (MCTI), Luana Bonone (MCTI), Roberta Peixoto (MCTI), Karen Castelli (MCTI), Patricia Valim (UFBA e RBMC), Margarete Lopes (Pagu Unicamp e INCT Caleidoscópio), Luciana Barbosa Amâncio (UFPI), Jaqueline Góes (USP), Leticia de Oliveira (UFF e Parent in Science), Julieta Palmeira (Finep), Joyce Muzi (IFPR, INCT-Caleidoscópio), Maria Elisa Máximo (SBPC/SC), Camila Silveira (UFPR), Claudia Linhares (SBPC Diretoria), Dolores Galindo (INCT Caleidoscópio), Cristiana Brito (Fiocruz), Giovanna Machado (Futuras Cientistas-CETENE), Regiane Ribeiro (UFPR) Joana Maria Pedro (UFSC e INCT-Caleidoscópio) e Maria do Rosário (UFRPE e NPAMC).

Logo após esta primeira reunião outros atores foram se somando à proposta, e muitas mulheres cientistas e pesquisadoras se somaram na articulação e organização da Conferência Temática, assim como atores institucionais: o Ministério das Mulheres do Governo Federal, a Associação Nacional de Pós Graduandos (ANPG), a Finep, a Fiocruz, Universidades, Institutos de Pesquisa. A rede foi sendo tecida a partir da costura de setores ligados à ciência e pesquisa e mulheres pesquisadoras.

O grupo de trabalho do whatsapp ficou com mais de trezentos participantes, que foram se somando conforme as etapas de organização da conferência.

Em 07 de fevereiro teve lugar a segunda reunião do que se convencionou chamar Grupo Coordenador de Mulheres da 5CNTI. Neste momento, de forma mais concreta foi apresentada pela Profa. Miriam Grossi a

na ciência durante a realização das etapas da 5CNCTI.

Lembra-se que neste período tanto a Rede Brasileira de Mulheres Cientistas, quanto o INCT Caleidoscópio e outros (e diversos) grupos de pesquisa em gênero estavam se organizando em torno de conferências livres com a temática Mulheres na Ciência.

Esta primeira reunião foi bem representativa, contando com mais de cinquenta pesquisadoras, de diferentes partes do Brasil, junto às representações do MCTI. A discussão se deu em apresentar às gestoras do MCTI presentes na reunião a importância do tema e, por isso, a relevância em se instituir no âmbito nacional em torno da 5CNCTI o debate sobre mais mulheres na ciência. Após esta primeira reunião foi organizado um grupo de whatsapp, como referência para a organização e os próximos passos acerca da participação das mulheres na 5CNCTI.

proposta de uma Conferência Temática de Mulheres, para além das conferências livres que seriam organizadas. As representantes do MCTI acataram a proposta. Os debates então a partir daí foram direcionados à organização de realização da conferência.

Juana Nunes, Diretora do Departamento de Popularização da Ciência, Tecnologia e Educação Científica do MCTI, propôs na reunião a Conferência ser realizada em 15 de março, no Rio de Janeiro, logo depois da Conferência Temática de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social, garantindo-lhe assim condições de infraestrutura e logística. Após ampla discussão, aprovou-se que a conferência seria na UERJ, no Rio de Janeiro, por conta das estruturas físicas que a conferência exige e por conta que se tratava de uma nova conferência temática que não estava no plano geral de estrutura da 5CNCTI.



Profa. Dolores Galindo (INCT Caleidoscópio) durante a Conferência Temática - Mais meninas e mulheres nas ciências: por uma agenda de equidade e interseccionalidade. Foto: Incubadora do INCT Caleidoscópio

Nesta reunião também se aprovou por consenso o título da conferência temática: “Mais meninas e mulheres nas ciências: construindo uma agenda de equidade e interseccionalidade”. A essa reunião mais mulheres e instituições se somaram: Flávia Calé (Doutoranda USP), Clara Araújo (UERJ), Suani Rubim (UFBA).

A terceira reunião aconteceu em 14 de fevereiro. Foi proposto que, dado o tempo curto de organização, e para agilizar as tomadas de decisão, o Grupo Coordenador se separasse em sub-grupos: infraestrutura, mobilização, comunicação e sistematização. Decidiu-se também pela estruturação de um grupo focal de atividades e ações da conferência temática, com as seguintes integrantes: Jaqueline Góes (USP e UFBA), Ana Rocha (Ministério das Mulheres), Julieta Palmeira (Finep) e Miriam Grossi (UFSC).

Entre os dias 16 e 20 de fevereiro se deu lugar às reuniões dos grupos de tarefas para a Conferência e o grupo de sistematização ocupou-se da função de alinhar e retroalimentar os outros grupos nas tomadas de decisão e organização da conferência temática, cuja preocupação intrínseca a todo o trabalho era assegurar a formatação de uma programação diversa e interseccional, que pudesse produzir uma síntese política capaz de abarcar o conjunto das demandas das mulheres na ciência em suas múltiplas dimensões bem como o pertencimento étnico-racial, a territorialidade e a identidade de gênero. O grupo de comunicação trabalhou conjuntamente com a equipe do MCTI para a realização do material de divulgação e o grupo de mobilização trabalhou conjuntamente às professoras e pesquisadoras da UERJ, local onde se daria a Conferência Temática.

Muito trabalho se sucedeu desta data até a realização da Conferência Temática, a Prof. Clara Araújo junto com outras docentes da UERJ se encarregaram dos aportes institucionais, por serem as anfitriãs da conferência.

O que se mostrou foi um intenso trabalho conjunto de pesquisadoras do Brasil todo, muitas que não se conheciam presencialmente, com a intenção de organizar este espaço de discussão e debates da 5CNCTI.

A Conferência Temática nos proporcionou dois dias de debates intensos e apontou que há muito a se construir em âmbito nacional acerca da inclusão de mais mulheres e meninas na ciência. Debates que olhavam na mesma direção: o que fazer para garantir mais meninas e mulheres na ciência a partir de uma agenda de equidade e interseccionalidade?

Na Sessão de Abertura, no dia 15 de março de 2024 o grupo focal da coordenação da conferência se fez presente, Jaqueline Goés (USP e UFBA), saudou a importância do encontro, o primeiro da história do Brasil, enfatizando a necessidade de mais meninas e mulheres na ciência, especialmente as oriundas dos povos originários. Juana Nunes representou o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Ana Rocha, o Ministério das Mulheres; a professora e pesquisadora Clara Araújo, primeira mulher presidente da União Nacional dos Estudantes e referência nos estudos sobre gênero e participação da mulher na política brasileira, representou a Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ, sede do Encontro.



Pesquisadoras da Incubadora do INCT Caleidoscópio durante a Conferência Temática - Mais meninas e mulheres nas ciências: por uma agenda de equidade e interseccionalidade. Foto: Incubadora do INCT Caleidoscópio

Aberta a Conferência, cerca de 450 participantes dividiram-se em cinco mesas sobre temas latentes da ciência brasileira, sob a ótica de gênero e equidade.

Segue abaixo as recomendações que foram publicadas no formato de e-book no site da 5ª CNCTI. Estas resoluções foram apresentadas como síntese dos debates, a versão final com todas as discussões, até o momento de fechar este artigo, não tinha sido publicada.

Recomendações

1. Implementação de políticas públicas inclusivas que promovam a igualdade de gênero e a diversidade em todas as etapas da carreira científica e tecnológica. Isso inclui a criação de programas de bolsas específicas para mulheres e minorias étnicas, bem como o apoio ao desenvolvimento de carreira por meio de mentorias e de formação continuada. Tais medidas devem ser acompanhadas por mecanismos rigorosos de monitoramento e avaliação para assegurar sua eficácia e permitir ajustes conforme necessário.
2. Diversificação dos comitês de avaliação e das posições de liderança em instituições de pesquisa e ensino. Garantir que esses espaços sejam ocupados por uma representação equilibrada de gênero e raça é fundamental para promover uma distribuição mais justa dos recursos e oportunidades. A inclusão de critérios que favoreçam projetos liderados por mulheres e minorias nas avaliações de financiamento é essencial para mitigar as disparidades existentes.
3. Promoção de um ambiente acadêmico seguro e acolhedor. A criação de mecanismos robustos de denúncia e de responsabilização para casos de assédio e violência de gênero e raça é imperativa. As instituições devem estabelecer políticas de acolhimento e suporte psicológico, garantindo recursos adequados para sua implementação. Além disso, a formação obrigatória em diversidade para todos os membros da comunidade acadêmica pode ajudar a dismantelar preconceitos e a promover uma cultura de respeito mútuo.

4. Políticas de cuidado e apoio à parentalidade. Sugeriu-se a implementação de creches nas universidades e a flexibilização de prazos para acadêmicos que são pais, com especial atenção às necessidades das mães cientistas. Essas políticas são essenciais para garantir que as responsabilidades de cuidado não sejam um obstáculo para a progressão na carreira científica.
5. Reconhecer e valorizar os saberes tradicionais e a inclusão de comunidades marginalizadas nos debates sobre ciência e tecnologia. A integração de diferentes perspectivas pode enriquecer o campo científico e garantir que os benefícios da inovação tecnológica sejam compartilhados de maneira mais equitativa.
6. Esforço contínuo para desconstruir estereótipos de gênero e promover a visibilidade das contribuições femininas na ciência. Campanhas de conscientização e reconhecimento do trabalho de mulheres cientistas podem inspirar futuras gerações e destacar a importância de uma ciência inclusiva e diversa.

As conferências regionais preparatórias para a 5ª CNCTI destacaram a importância de abordar de forma abrangente e interseccional as questões de gênero e raça no campo da ciência, tecnologia e inovação. As discussões evidenciaram as desigualdades persistentes que afetam meninas e mulheres, especialmente aquelas pertencentes a grupos minoritários, e propuseram uma série de recomendações para promover a equidade e a inclusão nesses setores. A implementação dessas recomendações exige um compromisso colaborativo entre governos, instituições de ensino, empresas e a sociedade civil. Somente com esforços coordenados e persistentes será possível construir um ambiente científico mais justo, inclusivo e capaz de responder aos desafios sociais e tecnológicos do século 21.



Mirlene Fátima Simões é pós-doutoranda no INCT Caleidoscópio. Possui graduação em Ciências Sociais (2001) pela Faculdade de Ciências e Letras da UNESP Araraquara, Mestrado (2006) e Doutorado (2012) pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara.



Projeto MEInstruAÇÃO: enredando o Caleidoscópio no debate sobre as relações entre discurso, pobreza menstrual, meio ambiente em escolas de ensino médio no Brasil

Maria Carmen Aires Gomes, CEAM/UnB, maria.carmen@unb.br
Alexandra Bittencourt de Carvalho, Labec/Afecto/UnB, alexandraportugues@yahoo.com.br
Elisa Mattos, Labec/Afecto/UnB, mattos.elisa@gmail.com



Ação de letramento em saúde e educação menstrual na comunidade. Foto: Arquivo pessoal

Contextualização

Desde 2014 a Organização das Nações Unidas (ONU) considera o acesso à saúde menstrual uma questão de saúde pública e de direitos humanos. A pobreza menstrual relaciona-se a 6 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS - descritos na Agenda 2030 da ONU: SDG 1- Erradicação da pobreza ; SDG 3 - Saúde e Bem-estar ; SDG 4: Educação de qualidade; SDG 5: Igualdade de gênero, SDG 10: Redução das desigualdades; SDG 13: Ação contra a mudança global do clima. Pobreza menstrual é “um conceito que reúne em duas palavras um fenômeno complexo, transdisciplinar e multidimensional,”vivenciado por meninas e mulheres cis, transhomens e pessoas não binárias, “devido à falta de acesso a recursos, infraestrutura e conhecimento para que tenham plena

O acesso à dignidade menstrual perpassa pela lente interseccional, pois está enraizado nas histórias intergeracionais de desigualdades de gênero, etnia, raça, geopolítica e classe social, colocando em relevo o gênero junto a outras dimensões identitárias. A saúde de pessoas que menstruam (meninas e mulheres cisgênero, transhomens e pessoas não binárias) frequentemente apresenta mais obstáculos quando essas pessoas fazem parte de comunidades marginalizadas.

No Brasil, 1,24 milhão de meninas não têm acesso a papel higiênico nos banheiros de suas escolas (11,6% do total dos estudantes no país) e cerca de 4,9 milhões (31,32%) estudam em escolas sem esgotamento sanitário (UNFPA/UNICEF, 2021, p. 18-24). O Relatório demonstra que “negligenciamos as condições mínimas para a garantia da dignidade da pessoa humana, ignorando as

capacidade de cuidar da sua menstruação.” (UNFPA/UNICEF, 2021, p.5)

Na legislação brasileira, a pobreza menstrual é oficialmente tratada a partir de 2019 com o Projeto de Lei nº 4968/2019 (Brasil, 2019), de autoria da Deputada Federal Marília Arraes, do Partido dos Trabalhadores (PT), transformado na Lei nº 14.214/2021 (Brasil, 2021). São essas investidas que ajudam a instituir o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, implementado em 13 de junho de 2023 pela Portaria Interministerial nº 729 (Brasil, 2023), envolvendo os ministérios da Saúde, das Mulheres, da Educação, dos Direitos Humanos e da Cidadania, da Justiça e Segurança Pública, e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. O Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual promove o acesso a insumos de gestão menstrual. Especificamente, o Programa garantirá a distribuição de absorventes gratuitos a cerca de 24 milhões de pessoas em condição de vulnerabilidade social, registradas no Cadastro Único - CadÚnico do Governo Federal. O público-alvo do Programa são pessoas em situação de rua ou de pobreza, pessoas de famílias de baixa renda, matriculadas na rede pública de ensino (em qualquer modalidade de ensino, no âmbito estadual, municipal e federal) e pessoas que estejam cumprindo medidas socioeducativas ou que estejam no sistema penal. A distribuição gratuita de absorventes é realizada pelo Programa Farmácia Popular, do Sistema Único de Saúde (SUS).

necessidades fisiológicas de cerca de metade da humanidade, as meninas e mulheres” (UNFPA/UNICEF, 2021, p. 26). Com base em dados do Censo Escolar e do Indicador de Nível Socioeconômico (Inse), o relatório A cor da infraestrutura escolar: diferenças entre escolas brancas e negras, do Observatório da Branquitude (2024), indica que as escolas mais pobres do país estão localizadas nas regiões Norte e Nordeste, especialmente no Amazonas, e têm alunos autodeclarados pretos, pardos e indígenas como maioria de sua população estudantil. Segundo o relatório, um terço não tem água potável e mais da metade das escolas se encontra em territórios diferenciados. As dimensões interseccionais são visíveis nos números descritos nos dois relatórios que, embora datados em anos distintos, reforçam a gravidade do problema para as pessoas que menstruam nestes contextos e espaços.

Por que fazer eventos de letramento sobre educação e saúde menstrual?

A divulgação do Relatório Pobreza menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos, publicado pelo UNFPA e pelo UNICEF mostra, de maneira assustadora, como as dimensões estruturais e econômicas constituem e reverberam tal problema, enumerando, especificamente:

“ (i) falta de acesso a produtos adequados para o cuidado da higiene menstrual tais como absorventes descartáveis, absorventes de tecido reutilizáveis, coletores menstruais descartáveis ou reutilizáveis, calcinhas menstruais etc., além de papel higiênico e sabonete, entre outros; (ii) falta de acesso a medicamentos para administrar problemas menstruais e/ou carência de serviços médicos; (iii) **insuficiência ou incorreção nas informações sobre a saúde menstrual e autoconhecimento sobre o corpo e os ciclos menstruais**; (iv) questões econômicas como, por exemplo, a tributação sobre os produtos menstruais e a mercantilização dos tabus sobre a menstruação com a finalidade de vender produtos desnecessários e que podem fazer mal à saúde ”. (UNFPA/UNICEF, 2021, p. 11, grifo nosso).

O Relatório chama atenção para o atraso na educação sobre saúde menstrual, que normalmente ocorre nos últimos anos do Ensino Fundamental, quando a maioria des/dos/das estudantes já menstruou pela primeira vez. Além disso, os programas de saúde também pouco se concentram no atendimento e tratamento de sintomas pré-menstruais que afetam a permanência nas escolas. Educação e informação sobre menstruação e o combate à estigmatização e ao preconceito são urgentes, em especial nas práticas socioescolares, de modo a evitar, principalmente, a baixa produtividade no período do ciclo menstrual e também a evasão escolar.

As escolas públicas de ensino fundamental e médio são espaços estratégicos para identificarmos e coletarmos evidências científicas que possam subsidiar a gestão de políticas públicas e a transferência de conhecimento em discursos, territorialidades, corporeidades, educação e saúde, de forma a contribuir para o enfrentamento e possíveis soluções para o problema da pobreza menstrual, principalmente por meio de políticas públicas que garantam a permanência de corpos menstruantes em escolas, garantindo a distribuição de itens de higiene, melhorias nos banheiros e saneamento, até a educação menstrual (Menegotto, 2022; Vásquez, 2022; UNFPA/UNICEF, 2021; Assad, 2021; Ribeiro; Santos, 2021; Lima, 2021; Moreira, 2021; Costa, 2021; Brito, 2021; Sala, 2020; Weiss-wWlf, 2017).

É imprescindível a proposição de políticas públicas interseccionais e decoloniais que levem a sociedade a compreender que a pobreza menstrual é o resultado das práticas da colonialidade, que afetam principalmente regiões Norte e Nordeste, área rural e em condições de extrema pobreza, além de pessoas, que não tem o mínimo de infraestrutura de saneamento básico. Para Aline Matulja, engenheira sanitária, 321 mil meninas brasileiras não têm acesso a banheiro nas escolas que frequentam e mais de 1,5 milhão de mulheres não têm banheiro em casa. Além de faltar às aulas quando menstrua, essas pessoas têm seus corpos expostos pela falta de banheiro. Matjula identificou, em seu projeto de construção de banheiros em comunidades abaixo da linha da pobreza, que homens, ainda que tenham acesso a banheiros, preferem não usá-los, enquanto as mulheres necessitam deste espaço privado por inúmeros motivos, sendo um deles a gestão menstrual.

As informações acima mostram a necessidade de promover eventos de letramento crítico em saúde menstrual como um instrumento político capaz de trazer à tona diversos saberes e práticas que permitam construir outros significados e outras formas de pensar a menstruação em suas

mais variadas dimensões. Com o objetivo de ressignificar saberes sobre a menstruação, a relação com o cuidado e o bem-estar sociocultural do corpo menstruante e o equilíbrio ecológico, no espaço escolar, que surge o Projeto MEInstruaÇÃO, planejado e organizado a partir de rodas de conversa, como eventos de letramento crítico decolonial e interseccional, já que, como informa Catherine Walsh (2007, p. 24), é preciso “desafiar e derrubar as estruturas sociais, políticas e epistêmicas da colonialidade, que mantêm padrões de poder enraizados na racialização, no conhecimento eurocêntrico e na inferiorização de alguns seres como menos humanos”.

O Projeto MEInstruaÇÃO

O Projeto MEInstruação iniciou-se em 2023 como uma Ação Extensionista em atendimento ao Edital Programa Estratégico DEX/DPI/SDH N.º 05 /2023 – Mulheres e Meninas na Ciência: o futuro é agora, proposto pela Universidade de Brasília, com fomento destinado a incentivar a participação de mulheres e meninas preferencialmente da rede pública de ensino do Distrito Federal. O projeto foi desenvolvido no período de 6 meses: julho a dezembro, com a participação de duas bolsistas de extensão e duas professoras, no Instituto Federal de Brasília - campus Plano Piloto. Dos três eventos de letramento propostos - rodas de conversa com estudantes e professoras/es de duas turmas sobre temas relacionados à relação entre menstruação (da pobreza à dignidade menstrual das pessoas que menstruam), meio ambiente e sustentabilidade ambiental - foram realizadas apenas duas, devido a problemas de logística na escola.



Ação de letramento em saúde menstrual na Escola Estadual José Maurílio Valente (escola quilombola), localizada em Airões (MG). Foto: Arquivo Pessoal.



Ação de letramento em saúde e educação menstrual no Instituto Federal de Brasília , campus São Sebastião. Foto: Arquivo

Pessoal

O modo como (inter)agimos em nossa vida e como nos relacionamos com o outro e com o mundo que nos rodeia, em situações comunicativas e em contextos diversos, afeta a forma como construímos e produzimos significados e diz muito sobre a nossa participação ética e cidadã na vida em sociedade. Nesse cenário, “usamos letramentos para pensar e construir significados para nós mesmos, para fazer sentido em nossos mundos” (Kalantzis, Cope, Pinheiro, 2020, p. 23), os quais envolvem tanto as “maneiras de ver e pensar (representação)” quanto as de “construir mensagens significativas e eficazes (comunicação)”, pensando em como lidamos “com a comunicação em contexto não familiar”, para que possamos aprender e ter sucesso em espaços desafiantes de

Objetiva, assim, produzir evidências e saberes identificados em discursos sobre tal realidade, a fim de gerar subsídios para proposições de ações inovadoras para o enfrentamento dos problemas desencadeados pela falta de direitos dos corpos que menstruam em práticas escolares em 5 regiões do Brasil. Por meio da pesquisa etnográfica discursivo-crítica serão geradas narrativas (e analisadas) sobre as vivências, experiências e desafios de estudantes que menstruam, que orientarão o planejamento das ações sobre educação menstrual nas escolas, a partir de práticas de letramento crítico em saúde. Os objetivos específicos são: (i) identificar e analisar discursivamente as narrativas sobre a forma como estudantes que menstruam experienciam e sentem o ciclo menstrual para subsidiar ações e práticas menos

linguagem. Estamos assumindo, junto a Kalantzis, Cope e Pinheiro (2020, p. 25), que os letramentos devem ser abordados partindo-se de uma perspectiva decolonial e interseccional (Collins; Bilge, 2021; Collins, 2022) que pode “contribuir para um projeto de equidade, dando a aprendizes de grupos historicamente marginalizados oportunidades que não têm estado disponíveis para eles”, para que as pessoas que menstruam possam agir de forma crítica, engajada e agentiva na sociedade.

Nosso objetivo, nos eventos de letramento crítico desenvolvidos, foi criar situações para que os/as/es estudantes refletissem sobre a pobreza menstrual e suas múltiplas dimensões, de modo que se sentissem desafiados/as/es a usar seus conhecimentos para buscar explicações (mais) críticas. De maneira geral, a execução dos eventos de letramento levou às/aos estudantes um conhecimento que, muitas vezes, não chegava a elas/es através dos conteúdos escolares. Ainda que algumas escolas discutam, nas aulas de biologia, questões sobre reprodução sexual, não problematizam a saúde menstrual em uma perspectiva decolonial, interseccional e crítica. Da parte dos/das/des estudantes e professoras/es, foi possível perceber um interesse sobre o tema, pois participaram do debate, expondo suas opiniões; muitos demonstraram indignação, em face da realidade da pobreza menstrual. Ficou visível, ainda, que cabe a nós, enquanto sociedade, pensar em modos para reduzir a quantidade de lixo que produzimos. Acreditamos que esse foi um dos pontos altos dos eventos: mostrar a estudantes e professoras/es que há alternativas mais sustentáveis e menos agressivas à natureza para se cuidar da saúde menstrual.

colonizadoras e excludentes naquele contexto escolar; (ii) elaborar projeto multidisciplinar sobre educação menstrual emancipatória, decolonial e interseccional por meio de atividade articulada entre as disciplinas de STEM, Humanas, Biológicas e da Terra, para que estudantes conheçam e debatam sobre as relações entre a menstruação, o meio ambiente/saneamento e a evasão e produtividade escolar; (iv) produzir práticas e eventos de letramento sobre saúde e educação menstrual, como por exemplo a produção de podcasts, posts, zines, vídeo de 1 minuto, Reels, com conteúdo, informativo e divulgativo, lives no Instagram sobre não só a importância da Educação Menstrual, mas também sobre como ter acesso e usar (e por que usar) os diversos tipos de tecnologias menstruais e como isso pode impactar o meio ambiente; (v) realizar o Painel (presencial e virtual) - Histórias Inspiradoras de estudantes no STEAM, Humanas, Terra e Biológicas - sobre como a pobreza menstrual pode interferir no desenvolvimento e na produtividade escolar, prejudicando, inclusive, acesso à universidade.

MEInstrução articula-se também com o desenvolvimento de metodologias ativas e críticas, como a elaboração de projetos multidisciplinares de forma a transversalizar conhecimentos sobre ciências, artes, corpos, linguagens e tecnologias e estudos sobre acesso à água e saneamento, meio ambiente, assim como estudos econômicos/matemáticos, para discussão, por exemplo, sobre a taxa de preços das tecnologias menstruais. No Brasil, os absorventes higiênicos são tributados em média 34,48%, aproximando-se da taxa de produtos cosméticos de luxo. Tais questões foram contempladas no texto da Reforma Tributária proposta, hoje, no Brasil, em que os produtos de saúde menstrual

Tendo em vista que a educação menstrual deveria ser acessada por todas as crianças e adolescentes, entendemos que um novo projeto, mais abrangente, nos ajudaria a problematizar a saúde menstrual a partir de um papel educativo e informativo de forma a orientar as pessoas, menstruantes ou não, acerca das problemáticas da pobreza menstrual e os impactos do descarte das tecnologias menstruais no meio ambiente. Considerando os resultados apresentados nesta ação extensionista, a professora Maria Carmen Aires Gomes submeteu novas propostas de investigação sobre a temática no âmbito dos Editais de Fomento: Edital Demanda Espontânea FAPDF/2023 (**Pobreza e Dignidade menstrual, meio ambiente e ciência: enredando o Caleidoscópio em escolas do DF**) e Edital Universal CNPq/2023 (**Enredando o Caleidoscópio no debate sobre as relações entre discurso, pobreza menstrual, meio ambiente e ciência em escolas de ensino médio no Brasil**), que foram contempladas.

Neste texto, apresentaremos os objetivos a serem desenvolvidos nos supracitados projetos (que se complementam) e algumas ações de letramento sobre a saúde menstrual já em curso e suas articulações com as ações do INCT Caleidoscópio, do qual fazem parte, como por exemplo: produção de tecnologias sociais e de comunicação e informação como subsídios para políticas públicas, especialmente aquelas voltadas a pessoas em situação de vulnerabilidade por sua condição interseccional, por meio do Enredado nas Escolas.

O projeto **MEInstrução** é composto por 28 pessoas: 1 coordenadora geral, 6 coordenadoras regionais, 6 professoras colaboradoras, 3 bolsistas de apoio técnico

poderão ter tributação menor ou zerada para a contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Essa informação, como se pode observar, é um grande avanço na luta pela dignidade menstrual.

No planejamento dos eventos de letramento crítico em saúde, organizados pedagogicamente em sequências didáticas, são aplicadas ferramentas analíticas dos Estudos Críticos do Discurso (ECD) para identificar e analisar de que modo as explicações e qualificações relatadas por estudantes possam (re-des)articular representações discursivas colonialistas, racistas, capitalistas e de gênero sobre a menstruação. Os eventos são planejados e desenvolvidos à luz da Pedagogia Crítica de Projetos, com ações decoloniais críticas, como proposta por Catherine Walsh (2013, p. 29), partindo da “identificación y reconocimiento de un problema, anuncian la disconformidad con y la oposición a la condición de dominación y opresión, organizándose para intervenir; el propósito: derrumbar la situación actual y hacer posible otra cosa”. Como instrumentos metodológicos previstos nas sequências didáticas, serão usadas as rodas de conversa, que, para Afonso e Abade (2008) e Figueiredo e Queiroz (2013), caracterizam-se como um instrumento participativo que favorece a construção de uma prática dialógica e possibilita o exercício do pensar compartilhado em torno de uma temática. Também serão usados instrumentos tecnológicos, como o Mentimeter, ferramenta pedagógica, que permite a participação ativa des/dos/das estudantes, anonimamente, e possibilita que compartilhem o conhecimento em tempo real, sem constrangimentos.

(CNPq, FAPDF), 5 bolsistas de iniciação científica (CNPq/FAPDF), 5 bolsistas voluntárias e 2 consultoras técnicas, de diversas regiões do país e provenientes de 10 instituições federais, engajadas em desenvolver práticas de letramento em saúde menstrual para a dignidade de pessoas que menstruam.



Ação do projeto em Bragança, no Pará. Foto: Arquivo Pessoal

Das ações em andamento...

Do plano de Divulgação Científica - Como ações voltadas à divulgação das atividades desenvolvidas no MEInstrução, já implementamos o Instagram (@projotomeinstruacao), sob a supervisão da Elisa Mattos, bolsista de apoio técnico, para realizar uma comunicação mais dinâmica e regular com a sociedade e também fazer circular os conteúdos informativos de forma a popularizar científica e culturalmente temas sobre a pobreza menstrual.

Da realização de eventos para desenvolver o letramento em saúde menstrual da equipe - planejamos um ciclo de seminários com o objetivo de não só discutirmos as principais orientações em torno da pobreza menstrual, mas também trocarmos experiências e vivências entre as membras da equipe. Nos seminários também estudamos a menstruação em perspectiva

crítica, decolonial e interseccional, considerando a produção bibliográfica acadêmica, coletada a partir de trabalho de curadoria da equipe de bolsistas. Foi previsto para o ciclo de seminário 5 encontros virtuais, e já realizamos 2 encontros, sob a coordenação da professora Maria Carmen Gomes.

Do trabalho de curadoria científica, artística, jornalística e técnica, planejamos três ações, duas delas já desenvolvidas, e uma em andamento. Na primeira, realizada pelas bolsistas de Iniciação Científica das cinco regiões e supervisionada pela Alexandra Carvalho, bolsista apoio técnico, foi feita uma curadoria de informações, orientadas por palavras-chave: (i) menstruação; (ii) pobreza menstrual; (iii) dignidade menstrual e (iv) saúde menstrual. As bolsistas, além do material coletado de práticas sociodiscursivas acadêmicas - teses, dissertações, tcc's e artigos em periódicos; de perfis de rede sociais - Instagram e Facebook; artísticas - documentários, peças de teatro e literaturas; de plataformas digitais veiculadoras de vídeos - Youtube e legislativas - emendas, projetos de lei, leis e reuniões parlamentares, produziram relatórios sobre os instrumentos de coleta dos dados. Na segunda ação, foram realizadas reuniões de discussão teórico-metodológica para a sistematização dos dados coletados, e posterior investigação e análise dos dados para embasar a última ação, em andamento: a produção de artigos científicos para a divulgação dos dados. Observou-se, na curadoria acadêmica, até o momento, que o tema sobre a pobreza menstrual tem sido investigado, com mais ênfase, no campo da saúde, no entanto os estudos não destacam a questão da interseccionalidade.

Desse modo, a menstruação é concebida, no nosso projeto, não somente como um fluido corporal, mas também como um fenômeno histórico-social. Esse deslocamento do saber-poder menstrual orienta para a resignificação da menstruação através do exercício criativo de autoconhecimento, auto-exploração e autocuidado que respeitem o meio ambiente. Essa resignificação tem como objetivo resistir aos conhecimentos universais da biomedicina, como a essencialização feminina do menstruar, o conceito de normalidade, o encarceramento da esfera do privado, e caminham para formas (outras) alternativas que decolonizam o pensamento único sobre menstruação e sobre as pessoas que menstruam (Tarzbachi, 2017; Rea, 2019; Sala, 2020; Vásquez, 2022; Menegotto, 2022; Gomes, 2022; 2023).

Referências bibliográficas

AFONSO, Maria Lúcia M.; ABADE, Flávia L. *Para reinventar as rodas*. Rodas de conversa em direitos humanos. Belo Horizonte: Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros (RECIMAM), 2008.

ASSAD, B.F. (2021) "Políticas públicas acerca da pobreza menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero" *Revista Antinomias*, vol.2, n1, p.140-160, 2021. Disponível em: <http://www.antinomias.periodikos.com.br/article/60e39095a9539505a0471774#nav4>. Acesso em: 07/02/2022.

BAPTISTA, L.M. T. R.; LÓPEZ-GOPAR, M. Educação Crítica, Decolonialidade e Educação Linguística no Brasil e no México: questões epistemológicas e metodológicas traçadas por um paradigma-outra. *Letras & Letras*. v. 35. n. especial p. 1-27, 2019.

BRASIL. *Projeto de Lei nº 4968/2019*. Institui o Programa de Fornecimento de Absorventes Higiênicos nas escolas públicas que ofertam anos finais de ensino fundamental e ensino médio. NOVA EMENTA Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-bicamerais/-/ver/pl-4968-2019#:~:text=Ementa%3A,15%20de%20setembro%20de%202006>. Acesso em: 07 fev. 2024.

BRASIL. *Lei nº 14.214, de 06 de outubro de 2021*. Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, para determinar que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) deverão conter como item essencial o absorvente higiênico feminino. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14214.htm.

Acesso em: 07 fev. 2024.

BRASIL. *Decreto nº 11.432, de 08 de março de 2023*. Regulamenta a Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. Brasília, 2023a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11432.htm. Acesso em: 07 fev. 2024.

BRASIL. *Portaria Interministerial nº 729, de 13 de junho de 2023*. Dispõe sobre a implementação do Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual. Brasília, 2023b. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/pri0729_19_06_2023.html. Acesso em: 07 fev. 2024

BRITO, M. A. P. R. *Pobreza menstrual e políticas públicas para mulheres e meninas*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2021.

BOBEL, Chris et al. *The Palgrave Handbook of Critical Menstruation Studies*. London: Palgrave Macmillan, 2020.

BOBEL, Chris. *New Blood: Third-Wave Feminism and the Politics of Menstruation*. Ithaca, NY: Rutgers University Press, 2010.

BUCKLEY, Thomas. Menstruation and Yurok Women's Power: Methods in Cultural Reconstruction. *American anthropologist*, Washington, v. 9, n.1, p. 47-60, 1982.

BUCKLEY, Thomas; GOTTLIEB, Alma (org.). *Blood Magic: The Anthropology of Menstruation*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1988.

CHANDRA-MOULI, Venkatraman; PATEL, Sheila V. Mapping the Knowledge and Understanding of Menarche, Menstrual Hygiene and Menstrual Health Among Adolescent Girls in Low and Middle-Income Countries. In: BOBEL, Chris et al. *The Palgrave Handbook of Critical Menstruation Studies*. London: Palgrave Macmillan, 2020. p. 609- 636

COLLINS, P.H; BILGE, S. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, P.H. Bem mais que ideias. *A interseccionalidade como teoria social crítica*. São Paulo: Boitempo, 2022.

FIGUEIREDO, Alessandra A. F.; QUEIROZ, Tacinara N. A Utilização de rodas da conversa como metodologia que possibilita o diálogo. In: *SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10: Desafios atuais do Feminismo. Anais do 10º Seminário Internacional Fazendo Gênero*. Florianópolis: UFSC, 2013.

GOMES, M. C. A. Pobreza menstrual, discurso e identidade de gênero no contexto de pandemia COVID-19. *DISCURSO & SOCIEDAD*, v. 17(3), p. 530-551, 2023.

KALANTZIS, Mary; COPE, Bill; PINHEIRO, Petrilson. *Letramentos*. Tradução: Petrilson Pinheiro. Campinas, SP, Editora Unicamp, 2020.

LIMA, P. *O que é pobreza menstrual e por que ela afasta estudantes de escolas*. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/07/o-que-e-pobreza-menstrual-e-por-que-ela-afasta-estudantes-das-escolas>.> Acesso em: 19/02/2022.

MENEGOTTO, Januária M. *Experiências menstruais de meninas adolescentes da periferia de Porto Alegre*. 2022. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia

Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2022.

MOREIRA, L.P.A, *Pobreza Menstrual no Brasil Diagnóstico e Alternativas*. Dissertação de Mestrado. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, 2021.

OBSERVATÓRIO DA BRANQUITUDE. *A cor da infraestrutura escolar: diferenças entre escolas brancas e negras*. 16 de abril de 2024. Disponível em: <https://observatoriobranquitude.com.br/a-cor-da-infraestrurura-escolar-diferencas-entre-escolas-brancas-e-negras/>. Acesso em: 14 maio 2024.

REA, Aurora Isabel M. *Ecofeminismos: prácticas, discursos y experiencias en torno a las alternativas menstruales, desde el Área Metropolitana de Guadalajara*. 2019. 280 f. Tese (Doutorado em gestão e economia). Universidad de Guadalajara Centro Universitario de Ciencias Económico Administrativa. Guadalajara, 2019.

RIBEIRO, C.G.C; SANTOS, S.N. A Pobreza Menstrual: Uma Análise da Dignidade das Presas no Brasil. *Facit Business And Technology Journal*. <http://revistas.faculdefacit.edu.br/index.php/JNT>. Out/Nov - 2021. Ed. 31; V. 2. Págs. 59-78.

TARZIBACHI, Eugenia. *Cosa de mujeres: menstruación, género y poder*. Buenos Aires: Sudamericana, 2017.

UNICEF. (2021). *Relatório sobre Pobreza Menstrual no Brasil. Desigualdades e violações de Direitos*. Disponível em https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_maio2021.pdf. Acesso em: 15/02/2022.

VÁSQUEZ, Carolina R. Educación Menstrual Emancipadora: una vía para interpelar la misoginia expresada em la tabú cultural. *9a CONFERENCIA LATINOAMERICANA Y CARIBEÑA DE CIENCIAS SOCIALES. Ponência*. 7 al 10 de junio de 2022, Universidad Nacional Autónoma de México, 2022.

WALSH, C. Lo pedagógico y lo decolonial. Entretejiendo caminos. In C.Walsh, *Pedagogias decoloniales. Prácticas insurgents de resistir, (re) existir y (re) vivir. TOMO I*. (pp. 23-68). Quito-Ecuador: Abya Yala, 2013.

WEISS-WOLF, J. *Periods Gone Public, Taking a Stand for Menstrual Equity*. Nova Iorque: Arcade, 2017.



Maria Carmen Aires Gomes é Membro do Comitê Gestor do INCT Caleidoscópio. Formada em Letras (Português/Inglês) pela Universidade Federal de Ouro Preto (1993), Mestrado em Estudos Lingüísticos/Análise do Discurso, pela Universidade Federal de Minas Gerais (1996), onde também, na UFMG, realizou o Doutorado em Estudos Linguísticos/Análise do Discurso, em 2003. É Professora Titular da Universidade de Brasília, docente no CEAM - Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares.



Alexandra Bittencourt de Carvalho é doutoranda em Linguística do Texto e do Discurso pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Minas Gerais, mestra em Estudos do Texto e do Discurso e graduada em Letras - Habilitação Português e Literaturas em Língua Portuguesa, ambas pela Universidade Federal de Viçosa.



Elisa Mattos é professora Adjunta do Departamento de Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Doutora e Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Fez mestrado em English Language Teaching na Universidade NOVA de Lisboa e especialização em Ensino de Inglês na UFMG. É licenciada em Letras - Português e Inglês pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).



Gênero, Raça e Desigualdades: Agendas para o Internacional

Tchella Fernandes Maso, UNB/UFRR, tchellamaso@gmail.com

Débora Prado, UFU, debfbp@gmail.com

Lara Selis, UFU, laramselis@gmail.com

Vinicius Santiago, UNB, viniciuswbsantiago@gmail.com



Foto: Divulgação

Nos dias 10 e 11 de junho de 2024, a Universidade de Brasília (UnB) sediou o seminário "Gênero, Raça e Desigualdades: Agendas para o Internacional", organizado pelo Núcleo de Pesquisa em Gênero, Raça e Diferença na Política Internacional (NUGRAD). Este evento reuniu acadêmicos, representantes governamentais e membros da sociedade civil para discutir questões de

poder. Thula Pires e Andrea Gill argumentam: "para encarar gênero como pacto político (...)" é preciso explicitar as ordens e privilégios que marcam e orientam a categoria (2023, p.75). Sugerem que gênero deve permanecer em disputa por envolver projetos de futuro que, se não questionados, podem gerar exclusão e violência. Portanto, temas notadamente das RI, como as Operações de Paz das Nações

gênero e justiça racial, promovendo um diálogo interdisciplinar e intersetorial. O seminário, disponível no canal do Youtube no INCT Caleidoscópio, foi uma plataforma para explorar como as desigualdades de gênero e raça se manifestam no Brasil contemporâneo e são enfrentadas tanto em contextos nacionais quanto internacionais. O foco estava na análise das políticas públicas de gênero e raça, bem como os desafios para sua efetivação.

O evento representou a inauguração do NUGRAD, um núcleo de pesquisadoras e pesquisadores sediado no Instituto de Economia e Relações Internacionais da UFU, vinculado ao Programa de pós-graduação em Relações Internacionais (PPGRI-UFU) e em parceria com o Instituto de Relações Internacionais da UnB. A história desse núcleo começou ainda em 2016 quando um conjunto de pesquisadoras se mobilizou para a construção de um espaço de discussão das pautas de gênero no âmbito da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI).

As Relações Internacionais (RI) são um campo recente, que nos últimos vinte anos viveu a expansão de cursos de graduação e pós-graduação para além das principais capitais do país. Esse processo fez emergir um conjunto de demandas e problemas não dimensionados pelas vertentes clássicas da área. Além disso, soma-se a crescente discussão motivada pelo giro decolonial (Castro-Gómez e Grosfoguel, 2007) e a efervescência dos feminismos na América Latina (Hollanda, 2020). Tais processos geram a institucionalização em 2017 do Grupo de estudos sobre gênero e relações internacionais (GENERI) organizado pelas professoras Lara Selis e Débora Prado na UFU, que contava com a presença de um

Unidas e impactos sobre mulheres em contextos de conflitos armados, devem ser analisados a fim de gerar questionamentos acerca do eurocentrismo e da branquitude como referências. Do mesmo modo, precisam ser visibilizadas as leituras transnacionais e cotidianas da invisibilização das mulheres negras na docência (Soares e Rosa, 2023) e a atuação política das mulheres indígenas de Abya Yala (Sebastião et. al, 2023). A construção e difusão dessas perspectivas permite uma análise mais engajada, crítica e vivencial das dinâmicas internacionais, desafiando as narrativas dominantes e estimulando práticas de subversão e liberação.

É com esse espírito que o **Seminário Gênero, Raça e Desigualdades: Agendas para o Internacional** foi organizado. Antes de reunir um conjunto de pesquisadoras de elevado prestígio para tratar de temas relevantes, optou-se por engajar tomadores de decisão, burocracias e ativistas, pessoas de carne e osso, veiculadas cotidianamente com a discussão, organização e efetivação de políticas. A proposta foi aproximar universidades e outros espaços a fim de gerar sinergias, agendas de estudo e propostas compartilhadas de mitigação das violências multidimensionais que afetam a vida de muitas pessoas.

O seminário foi estruturado com perguntas destinadas a orientar as discussões e garantir um foco nas percepções de gênero e raça no campo de atuação das convidadas, triangulando a atuação no Estado, com a Universidade e os Movimentos Sociais. A mesa de abertura, por exemplo, buscou explorar como se dá o diálogo entre a academia e a formulação de políticas públicas em gênero e raça, identificando os desafios e necessidades específicas do cenário brasileiro

conjunto de pesquisadoras de diferentes universidades.

No decorrer das pesquisas e processos coletivos de discussão confirmou-se a urgência de discutir o gênero de modo interseccional, correlacionando-o desde uma “práxis-criativa” (Bueno em Collins e Bilge, 2020, p. 11) com as vivências de raça e classe. Uma diversidade de temas exigiu-nos uma perspectiva interseccional: migração, mulheres negras na Amazônia, tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, política externa e gênero, entre tantos outros. Tais agendas exigiram das pesquisadoras um posicionamento político, dentro e fora do campo das RI, seja por meio de publicações, organizações de rodas de conversa e aproximação com mobilizações sociais.

Vale ressaltar que a produção das discussões de gênero e raça nas RI do Brasil é recente, tendo como um dos marcos a publicação do livro "Feminismo, Gênero e Relações Internacionais" (2023). A obra enfatiza a necessidade de incorporar perspectivas interseccionais aos estudos do internacional, argumentando que as desigualdades globais são refletidas e reforçadas pelas estruturas de

em comparação com outros países. As palestrantes foram incentivadas a refletir sobre o papel da academia na criação de políticas e como a pesquisa pode orientar ações efetivas. Já nas mesas subsequentes, as perguntas focaram na atuação (inter)nacional das instituições nas agendas de gênero e raça, as principais políticas implementadas para enfrentar desigualdades, e os desafios específicos na construção de políticas de equidade. Essas questões foram apresentadas para estimular uma análise profunda e prática sobre como a academia pode contribuir para a construção de políticas inclusivas e interseccionais, além de promover parcerias de pesquisa e ação conjunta com movimentos sociais. Dessa forma, o seminário visou não apenas uma discussão teórica, mas também a proposição de estratégias para enfrentar as desigualdades estruturais.

Na sequência apresentamos aspectos relevantes do Seminário.

Abertura

A palestra de abertura foi proferida por Berenice Bento, que discutiu o "racismo cordial" e a "homofobia cordial" no Brasil. Segundo ela, o "racismo cordial" é caracterizado por uma convivência aparente entre brancos e negros, desde que os negros se mantenham em posições subalternas. Essa dinâmica é similar no caso da "homofobia cordial", na qual a aceitação das pessoas LGBTQIAP+ está condicionada à não expressividade de suas identidades em espaços públicos ou de poder. Segundo ela, "a homofobia e o racismo no Brasil são estruturais e estão entranhados nas relações sociais e nas instituições." Bento argumentou que essas formas de discriminação são mantidas sob a aparência de uma convivência pacífica, desde que as pessoas marginalizadas não ultrapassem determinadas fronteiras sociais. A análise de Bento ilumina as sutis, mas perniciosas, formas de discriminação que perpassam a sociedade brasileira, destacando a necessidade de um confronto direto com essas dinâmicas opressivas.

Bento também discutiu o impacto dessas formas de discriminação na vida das pessoas negras e LGBTQIAP+, utilizando exemplos de casos recentes e dados estatísticos para ilustrar suas argumentações. Ela mencionou que, apesar de avanços legais e institucionais, como a criminalização da homofobia pelo Supremo Tribunal Federal, a violência contra esses grupos continua a ser uma realidade diária. Bento afirmou: "A violência simbólica e física contra negros e LGBTQ+ é uma tentativa de manter a hierarquia racial e heteronormativa intacta."

Dialogando com seu livro "Abjeção: A construção histórica do racismo", recém lançado, a palestrante enfatizou a importância de uma abordagem interseccional para compreender e combater essas opressões. Ela argumentou que não se pode tratar o racismo e a homofobia como questões separadas, pois estão intrinsecamente ligados. Berenice Bento destacou a necessidade de políticas públicas que reconheçam e combatam violências de modo interseccional: "Precisamos de políticas que não apenas reconheçam as múltiplas identidades e opressões, mas que também sejam capazes de atuar de forma integrada para promover a verdadeira igualdade", argumenta a professora e pesquisadora.

Em sua análise, Bento respondeu às perguntas orientadoras do Seminário discutindo a complexidade do racismo "à brasileira" que se institucionaliza a partir de uma fachada de convivência pacífica e criam meios para garantir que negros e pessoas LGBTQIAP+ não ultrapassem fronteiras sociais predeterminadas. Segundo Bento, essas opressões são estruturais e profundamente enraizadas nas relações sociais e nas instituições brasileiras. Ela argumentou que o diálogo entre academia e a formulação de políticas públicas em gênero e raça é crucial para enfrentar essas dinâmicas opressivas, destacando a necessidade de políticas públicas interseccionais que reconheçam e combatam múltiplas identidades e opressões. Bento ressaltou os desafios específicos do cenário brasileiro, onde, apesar de avanços legais, a violência simbólica e física contra grupos marginalizados persiste como um meio de manter hierarquias raciais e heteronormativas intactas. Através de teorias críticas e estudos contemporâneos, Bento ilustrou como a academia pode orientar a pesquisa sobre essas temáticas e colaborar na construção de políticas públicas integradas, capazes de aproximar-se do desejo por igualdade e superação das violências. Assim, a palestra não só iluminou as nuances das discriminações no Brasil, mas também enfatizou a importância de um diálogo contínuo entre academia e burocracias estatais para aprofundar as discussões, estabelecer formas de enfrentamento e os desafios subjacentes.

"Gênero, Raça e Desigualdades na Política Internacional"

Na mesa "Gênero, Raça e Desigualdades na Política Internacional", participantes como Vanessa Dolce de Faria, Amarilis Busch Tavares, Braulina Baniwa e Ísis Táboas discutiram a representação de mulheres, de mulheres negras e mulheres indígenas nas esferas em posições de liderança nas esferas internacionais, argumentando que uma política externa justa e representativa depende dessa participação. Ela destacou: "A inclusão de mulheres negras em posições de liderança é fundamental para uma política externa mais justa e representativa." Amarilis Busch Tavares discutiu os desafios na construção de políticas de equidade internacional,

ênfatizando: “Os desafios enfrentados por esses grupos na política internacional exigem políticas públicas que sejam não apenas inclusivas, mas também interseccionais.” A palestrante abordou em profundidade como o gênero afeta as políticas de migração e refúgio no Brasil e no mundo.

Braulina Baniwa falou desde a perspectiva de uma mulher indígena, destacando barreiras culturais e estruturais que limitam sua participação nos espaços de poder e ênfatizando a necessidade de políticas interculturais: “Precisamos de políticas públicas que considerem a diversidade cultural e as especificidades das comunidades indígenas.” Ísis Táboas falou sobre as iniciativas do Ministério das Mulheres, destacando a importância de políticas interseccionais para promover a igualdade: “Precisamos de políticas que não apenas reconheçam as múltiplas identidades e opressões, mas que também sejam capazes de atuar de forma integrada para promover a verdadeira igualdade.”

As participantes da mesa “Gênero, Raça e Desigualdades na Política Internacional” responderam de forma abrangente às perguntas do seminário. Elas abordaram como o diálogo entre academia e a formulação de políticas públicas é essencial para enfrentar as desigualdades de gênero e raça, destacando a necessidade de políticas públicas interseccionais que considerem as múltiplas identidades e opressões. As falas destacaram os desafios específicos do cenário brasileiro e internacional, e como a academia pode contribuir para a construção de políticas mais inclusivas e equitativas, promovendo um diálogo constante e colaborativo entre todos os setores da sociedade.

“Políticas Públicas Globais de Gênero, Raça e Sexualidade”

A mesa “Políticas Públicas Globais de Gênero, Raça e Sexualidade” abordou as políticas públicas construídas atualmente no Brasil, com participação de Dulce Maria Pereira, Paulo Victor Pacheco, Ana Santana, Flávia do Bonsucesso Teixeira e Jane Maria Vilas Bôas. Como atuantes, respectivamente, no Ministério das Mulheres, no Ministério da Igualdade Racial, no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, no Ministério da Saúde e no Ministério do Meio Ambiente, discutiram os avanços e desafios nas políticas de igualdade de gênero e raça. Suas atuações diversas ênfatizaram a necessidade de alinhar essas políticas com as agendas globais e interministeriais para enfrentar as desigualdades.

Dulce Maria Pereira iniciou sua fala abordando as iniciativas do Ministério das Mulheres para promover a equidade de gênero. Ela destacou a implementação de programas de apoio a mulheres em situação de vulnerabilidade, ênfatizando a importância de políticas públicas interseccionais. Pereira afirmou: “As políticas de igualdade racial devem ser integradas às políticas de gênero para combater eficazmente as desigualdades.” Ela também ressaltou a importância da colaboração com a sociedade civil e ONGs para garantir a eficácia e a responsividade dessas políticas, e mencionou a necessidade de um monitoramento contínuo para avaliar o impacto das ações implementadas.

Paulo Victor Pacheco, representando o Ministério da Igualdade Racial, discutiu os desafios na implementação de políticas de igualdade racial no Brasil. Ele ressaltou que as políticas públicas devem ser adaptadas às especificidades locais e culturais, garantindo uma abordagem inclusiva.

Além disso, trouxe também uma das iniciativas mais importantes da atuação do Ministério da Igualdade Racial, o Programa Juventude Negra Viva, orientado ao combate ao racismo e à proteção dos direitos humanos dos jovens negros. Pacheco enfatizou: “Precisamos de políticas que considerem as particularidades de cada grupo, integrando as políticas de igualdade racial às de gênero.”

Ana Santana, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, abordou a importância da educação e da conscientização para combater a discriminação. Ela destacou as iniciativas do ministério em promover campanhas educativas e programas de capacitação, afirmando que “a educação é uma ferramenta essencial para desconstruir preconceitos e promover a inclusão.”

Flávia do Bonsucesso Teixeira, representando o Ministério da Saúde, falou sobre a saúde das mulheres negras e indígenas, destacando a importância de políticas públicas que garantam acesso igualitário aos serviços de saúde. Ela afirmou: “É fundamental que as políticas de saúde sejam inclusivas e considerem as necessidades específicas das mulheres negras e indígenas para garantir um atendimento equitativo.”

Jane Maria Vilas Bôas, do Ministério do Meio Ambiente, discutiu a relação entre justiça ambiental e igualdade de gênero e raça. Ela destacou a importância de incluir as mulheres negras e indígenas na formulação das políticas ambientais, afirmando: “A participação das mulheres negras e indígenas é crucial para a construção de políticas ambientais justas e sustentáveis.”

As pessoas participantes da mesa “Políticas Públicas Globais de Gênero, Raça e Sexualidade” abordaram as perguntas do seminário, destacando a importância do diálogo entre academia e a formulação de políticas públicas para enfrentar as desigualdades de gênero e raça. Elas enfatizaram a necessidade de políticas interseccionais que considerem as múltiplas identidades e opressões e avaliaram os desafios específicos do cenário brasileiro. A contribuição da academia na construção de políticas mais inclusivas e equitativas foi salientada e destacou-se a urgência de um diálogo constante e colaborativo entre todos os setores da sociedade para superar esses desafios.

“Gênero, Raça e Desigualdade nos Movimentos Sociais”

A mesa “Gênero, Raça e Desigualdade nos Movimentos Sociais” apresentou a importância da mobilização social para constituir relações nacionais e internacionais mais equitativas. Contou com a presença do CFEMEA- Centro Feminista de Estudos e Assessoria, da coordenadora de Políticas para mulheres do Ministério dos Povos Indígenas, do Movimento de Mulheres Camponesas e da Comunidade Quilombola Kalunga - Vão de Almas/GO. As participantes compartilharam suas experiências e estratégias de luta, enfatizando a necessidade de uma mobilização contínua e colaborativa.

Guacira de Oliveira começou sua fala destacando a importância dos movimentos sociais na luta por equidade de gênero e raça. Ela ressaltou que os movimentos feministas e antirracistas têm sido cruciais para pressionar por políticas públicas inclusivas. Guacira afirmou: “Os movimentos sociais são fundamentais para a construção de um país mais justo e igualitário. Eles são a voz da resistência contra as desigualdades estruturais.”

Luma Lídia Kamaiurá trouxe a perspectiva das mulheres indígenas, discutindo as barreiras culturais e estruturais que limitam sua participação nos espaços de poder. Ela enfatizou a importância da preservação cultural e da inclusão das mulheres indígenas em todas as esferas de decisão. Luma destacou: "É essencial que as políticas públicas respeitem e incluam as especificidades culturais das comunidades indígenas para garantir uma verdadeira inclusão."

Adão Fernandes da Cunha abordou os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas na luta por direitos e reconhecimento. Ele ressaltou a importância da mobilização comunitária e da resistência cultural como formas de combate às desigualdades. Adão afirmou: "As comunidades quilombolas têm uma história de resistência e luta, e é através dessa mobilização que conseguimos avançar na conquista de nossos direitos."

Laura Lyrio discutiu a atuação do Movimento Mulheres Camponesas na promoção da equidade de gênero no campo. Ela destacou a importância da solidariedade entre os movimentos sociais e a necessidade de políticas públicas que atendam às demandas específicas das mulheres camponesas. Laura afirmou: "A luta das mulheres camponesas é uma luta por reconhecimento e dignidade. Precisamos de políticas que atendam às nossas necessidades e respeitem nossas especificidades."

As participantes da mesa "Gênero, Raça e Desigualdade nos Movimentos Sociais" dialogaram com as diretrizes propostas pelo seminário, destacando a importância da conversa entre academia e movimentos sociais na formulação de políticas públicas. Elas enfatizaram a necessidade de políticas interseccionais que considerem as múltiplas identidades e opressões, e discutiram os desafios específicos do cenário brasileiro, como a presença da extrema-direita em espaços de poder e as lutas cotidianas por acesso à direitos. As falas ressaltaram a importância da mobilização social como uma ferramenta essencial para pressionar o Estado em prol de políticas inclusivas e equitativas, antirracistas e atentas à diversidade de formas de ser mulher e viver o gênero no país.

Encerramento

A universidade, apesar de mais de uma década de sucateamento progressivo, enfrenta a difícil tarefa de continuar produzindo ciência crítica. Na palestra de encerramento do seminário, Eliene Novaes Rocha, presidente da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB), destacou a importância da mobilização docente e da greve como instrumento legítimo de luta por melhores condições de trabalho e ensino. Ela ressaltou que a produção de conhecimento crítico deve continuar mesmo em tempos de crise,

Além disso, a diversidade de palestrantes sinaliza que Estado e Universidade não são uma "caixa-preta", mas espaços no qual uma série de interesses e disputas são protagonizadas. A escolha por essas palestras e temas deveu-se ao desejo da organização em manifestar a existência e comunicar a importância de análises interseccionais nos diferentes campos da vida. Com isso, representantes de movimentos sociais são contundentes ao apontar que algo vem sendo feito nos últimos dois anos, mas há muito ainda a ser realizado. Há ainda um hiato entre

afirmando: "A greve é um instrumento legítimo de luta por melhores condições de trabalho e ensino, e a produção de conhecimento crítico não pode ser interrompida." Rocha enfatizou a necessidade de um diálogo constante entre academia e governo para co-construir políticas públicas que promovam justiça social e inclusão, destacando os desafios enfrentados pela universidade em tempos de austeridade e ataques à autonomia.

A fala de Eliene Novaes Rocha abordou as perguntas-guia do seminário ao destacar a importância do diálogo contínuo entre academia, governo e sociedade na formulação de políticas públicas. Discutiu a crise da educação e como o sucateamento das Universidades atrapalha o processo de efetivação de laços e trocas com outros atores sociais. Rocha ressaltou que a mobilização social e a produção de conhecimento crítico são essenciais para enfrentar as desigualdades estruturais, promovendo um diálogo colaborativo para a construção de políticas públicas interseccionais.

Avaliação

As contribuições do Seminário ao campo das RI no Brasil incluem a incorporação de perspectivas de gênero e raça nas análises internacionais, promovendo uma visão mais abrangente das dinâmicas globais. A percepção de que as violências atuam de forma contínua e atravessam as fronteiras nacionais, é uma dimensão relevante de análise. Além disso, percebeu-se que a interseccionalidade, como conceito, está bastante disseminada entre os diferentes setores que participaram das mesas de debate. Em coro revelou-se a importância de trabalho transversal, integrado e atento aos sistemas de poder e seus modos de

o tempo das políticas governamentais, as pesquisas acadêmicas e as respostas exigidas por uma multiplicidade de grupos sociais marginalizados. Segue o desafio apresentado por Berenice Bento acerca da necessidade de cruzar as "linhas abissais" do racismo e da homofobia para promover a igualdade.

Nesse contexto, o INCT Caleidoscópio e seus objetivos sinalizam uma possibilidade de reflexão, diálogo e construção de agendas de estudo conectadas com as demandas sociais e governamentais. Ao refletir que pesquisas, políticas e demandas são realizadas por pessoas de carne e osso, a integração de enfoques interseccionais no campo das RI ganha novo fôlego. Desafiar abordagens eurocêntricas, promover uma compreensão mais holística e contextualizada dos fenômenos globais, envolve um trabalho cotidiano de articulação política entre diferentes setores sociais.

O seminário, realizado de forma remota e com diversas parcerias, demonstrou a capacidade da academia em se adaptar e continuar promovendo debates críticos, mesmo em tempos de crise. A adaptação para um formato virtual ampliou o alcance do seminário, permitindo uma participação mais diversificada e inclusiva. Fica o desafio de investigar mais profundamente as interseccionalidades e de mobilizar políticas públicas de igualdade de gênero, superação da branquitude e respeito à diversidade. Estudos futuros devem focar em como essas dinâmicas operam em diferentes contextos e escalas, tanto nacionais quanto internacionais. A interdisciplinaridade e a colaboração entre diferentes áreas de conhecimento são essenciais para avançar nessas operações, por isso o INCT é um espaço importante de articulação. As reflexões e propostas apresentadas durante o seminário

coalização. A questão a ser aprofundada é como tal empreendimento será realizado.

As instituições, sejam elas educacionais ou ministeriais, seguem amarradas por operações específicas e dependentes de protagonismos pessoais que enfrentam grande dificuldade de institucionalização das demandas de grupos vulneráveis. Diferente do governo anterior, as demandas sociais são em alguma medida balizadas (ou retomadas) a partir de 2023. Todavia, a lentidão da burocracia está em descompasso com a urgência de vivências violentadas. Por isso, o Seminário apresenta apenas um dar-se conta das possibilidades de interação entre diferentes atores e atrizes sociais, cada qual enfrentando em seus espaços de trabalho e articulação, às micrológicas de poder que perpetuam as estruturas de dominação.

não só enriquecem o campo das Relações Internacionais, mas também têm o potencial de divulgação e aproximação da comunidade acadêmica com a formulação de políticas públicas e a mobilização social por igualdade e justiça.

Referências Bibliográficas

Bueno, W. (2020). Em P. H. Collins & S. Bilge, *Interseccionalidade* (p. 11). Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo Editorial. ISBN: 978-65-5717-051-9.

Buarque de Hollanda, H. (2020). *Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais*. Bazar do Tempo.

Castro-Gómez, S., y Grosfoguel, R. (2007). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.

de Souza, Barasuol, & Zanella (Orgs.), *Feminismo, Gênero e Relações Internacionais*. Fino Traço Editora. ISBN: 978-85-8054-615-6.

Pires, T., & Gill, A. (2023). Racializando o gênero: repensando a interseccionalidade para além da lógica identitária. In N. M. F. de Souza, F. B. Barasuol, & C. K. Zanella (Orgs.), *Feminismo, Gênero e Relações Internacionais* (pp. 51-78). Fino Traço Editora. ISBN: 978-85-8054-615-6.

Sebastião, L. L., Veron, V., Paredes Carvajal, J., & Maso, T. F. (2023). *Epistemes indígenas e descolonização: corpos que sabem, corpos que resistem*. In N. M. F. de Souza, F. B. Barasuol, & C. K. Zanella (Orgs.), *Feminismo, Gênero e Relações Internacionais* (pp. 331-356). Fino Traço Editora. ISBN: 978-85-8054-615-6.

Soares, L. A., & Rosa, M. A. (2023). "Je Suis Ici, ainda que não queiram": a inviabilização da mulher negra como docente de Relações Internacionais no Brasil. In N. M. F. de Souza, F. B. Barasuol, & C. K. Zanella (Orgs.), *Feminismo, Gênero e Relações Internacionais* (pp. 291-316). Fino Traço Editora. ISBN: 978-85-8054-615-6.



Tchella Maso é Pesquisadora e educadora feminista. Atualmente, é professora na Universidade de Brasília; doutora em Estudos Feministas e de Gênero pela Universidade do País Basco (UPV/EHU) e coordena a Rede “Povos Indígenas, Gênero e Sexualidades”. Sua pesquisa e atuação concentram-se em temas como feminismos, gênero, sexualidades, interseccionalidades, corpos, afetos, espiritualidades e pós-secularismo, com uma forte ênfase na análise crítica das dinâmicas de poder e agência no contexto da política global.



Débora Figueiredo Mendonça do Prado é Doutora em Ciência Política pela Unicamp. Possui pós-doutorado pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU). É docente no curso de graduação e pós-graduação em Relações Internacionais na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU) e do Núcleo de Estudos sobre Gênero, Raça e Diferença (NUGRAD). Também integra a equipe do podcast Chutando a Escada (CaE).



Lara Selis é Professora Adjunta no curso de graduação e no Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). É coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Gênero, Raça e Diferença na Política Internacional (NUGRAD), compõe a equipe editorial da International Feminist Journal of Politics (IFJP) e foi uma das fundadoras da rede MulheRIs. Tem interesse em abordagens críticas sobre poder e resistência, com foco nas perspectivas pós-coloniais e feministas, com aberturas para o diálogo teórico com a psicanálise. Suas pesquisas recentes envolvem análises sobre Política Externa, Gênero e Desigualdades; Ativismos transnacionais e Movimentos neoconservadores. No momento, está cedida para o Ministério das Mulheres, atuando junto a assessoria internacional do Grupo de Empoderamento de Mulheres do G20.



Vinícius Santiago é doutor em Relações Internacionais pela PUC-Rio e é, atualmente, professor no Instituto de Relações Internacionais da UnB, na área de estudos de gênero, raça e estudos afrocentrados. Foi pesquisador associado ao Centre for Feminist Research da York

University, no Canadá. É membro do Laboratório de Estudos Afrocentrados em Relações Internacionais da UnB e, atualmente, realiza pesquisa de pós-doutorado em Sociologia na UnB. Sua agenda de pesquisa se centra em estudos de gênero, raça e violência de Estado. Atuou em pesquisas qualitativas sobre segurança pública, mobilidade urbana e direito à cidade no Complexo do Alemão. É pesquisador do NUGRAD - Núcleo de Pesquisa em Gênero, Raça e Diferença na Política Internacional. Seus principais interesses de pesquisa são Feminismos Negro e Interseccional, Estudos de Gênero, Raça e Violência de Estado, Narrativas Autobiográficas e Autoetnográficas, Filosofia Política, Antropologia Política e Antropologia Periférica.



Comunidade científica brasileira em meados da década de 1950: desigualdades regionais e de gênero

Daiane Silveira Rossi, FIOCRUZ, daiane.rossi@fiocruz.br

A comunidade científica brasileira de meados da década de 1950 emergiu no contexto do projeto desenvolvimentista que buscava modernizar o país. Nesse período, a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) foi criada com o objetivo de organizar e fortalecer o ensino superior e a pesquisa científica no Brasil. No entanto, essa fase de institucionalização da ciência também revelou desigualdades significativas, tanto regionais quanto de gênero, que impactaram a formação e a atuação das pesquisadoras.

O problema de pesquisa que se coloca é: como as desigualdades regionais e de gênero se manifestaram na composição da comunidade científica brasileira durante a década de 1950? A análise dessas desigualdades é um ponto de partida para compreender as dinâmicas de exclusão e inclusão que moldaram a ciência no Brasil,

distribuição geográfica das instituições de pesquisa e dos pesquisadores no Brasil, identificando as regiões que apresentavam maior concentração de atividades científicas e aquelas que eram negligenciadas. E, por fim, analisar a composição de gênero da comunidade científica, investigando a participação das mulheres nas instituições de pesquisa e as condições que influenciaram sua inserção no campo científico.

As análises serão elaboradas tomando como base um inquérito publicado pela Capes em 1957, o qual compreendemos como o primeiro mapeamento da comunidade científica brasileira (Rossi, 2023). Trata-se de um survey, no qual a coleta de dados ocorreu entre 1954 e 1955, com o objetivo de organizar um cadastro das instituições e dos indivíduos que trabalhavam em pesquisa científica, tanto básica quanto aplicada, no Brasil.

bem como para identificar as barreiras enfrentadas por grupos marginalizados, especialmente mulheres e pesquisadores de regiões menos favorecidas.

Assim, objetiva-se, primeiramente, discutir o contexto da política nacional desenvolvimentista do país que originou na criação da Capes e de outras instituições, como o CNPq (Conselho Nacional de Pesquisas). Em segundo lugar, mapear a

Através dessa investigação, espera-se contribuir para uma compreensão mais ampla da história da ciência brasileira, destacando a importância de abordar as desigualdades regionais e de gênero como elementos centrais na análise da comunidade científica.

A criação da Capes no contexto desenvolvimentista

Fundada pelo decreto 29.741/1951, os primeiros anos da Capes foram marcados pelo processo de estabelecimento de linhas de ação para a concretização dos objetivos da agência: “contribuir, por ação direta e indireta e pelo fornecimento de informação apropriada, para a adequada expansão dos quadros brasileiros de profissionais especializados necessários a condução dos empreendimentos públicos e privados que visam o desenvolvimento econômico e social do país” (Capes, 1955, p. 1). Para isso, deveria realizar “levantamentos e pesquisas; cooperação com os centros de ensino superior para melhoria das condições de preparação de pessoal; aperfeiçoamento de pessoal, especialmente em nível pós-graduado; planejamento e documentação sobre matéria educacional” (idem).

Gouvêa e Mendonça (2006), a fim de compreender a estruturação inicial da Capes, investigaram a documentação produzida pelo seu secretário-geral mesmo antes de 1951. Em um documento de quando ainda era Secretário Estadual de Educação e Saúde da Bahia, “Sugestões para um plano de auxílio ao ensino superior do país” (Teixeira, 1946), Anísio Teixeira critica o processo de seleção dos professores e alunos para o ensino superior e apresenta como solução urgente um levantamento da situação atual e das necessidades do ensino superior no país. Como alternativas, propõe a contratação de professores estrangeiros, além do estabelecimento de critérios para concessão de bolsas de estudos (Gouvêa; Mendonça, 2006).

A Capes foi criada no contexto de elaboração de uma Política Nacional de Desenvolvimento Econômico, pautada na ideologia desenvolvimentista que preconizava o aparelhamento do Estado brasileiro que, desde os anos 1930, já vinha se modernizando. O contexto da década de 1950 foi marcado pela expansão da industrialização no país, seguida pelo crescimento acelerado dos centros urbanos e pela expansão da classe média. Octávio Ianni (1977, p. 116) define os anos 1951-1954, o último mandato de Getúlio Vargas, como o momento em que o governo criou condições infraestruturais e institucionais para acelerar o desenvolvimento. Com o que Sonia Draibe (2004, p. 168) concorda e acrescenta que este foi o momento em que a empresa pública se tornou um fator de dinamização do desenvolvimento. Ou seja, no início da década de 1950 a estrutura estatal brasileira passava por uma nova fase de reformas que envolvia, sobretudo, sua

burocratização, através de novos mecanismos de regulação e intervenção que faziam articulações entre o Estado e grupos privados.

A criação de novos órgãos governamentais tinha como finalidade impulsionar a industrialização e resolver tanto os problemas econômicos, quanto administrativos do país. Como exemplo, além da Capes criada no intuito de resolver a falta de organização do ensino superior e do aperfeiçoamento de pessoal especializado, foram criadas também outras comissões que visavam melhorar os transportes e o abastecimento, além de comissões de natureza mais específica e estratégica como carvão nacional, indústria de material elétrico, material automobilístico, entre outros. Também foram organizados órgãos e agências como o Instituto Nacional de Imigração e Colonização; Companhia Nacional de Seguros Agrícolas; Petrobrás; Banco do Nordeste; e Banco de Crédito do Amazonas (Córdova, 1998).

A questão específica da Capes nesse contexto de aparelhamento do Estado, estava intimamente ligada ao que se projetava ser o lugar da universidade e da pesquisa científica no projeto nacional-desenvolvimentista. Nesse sentido, ao longo da década de 1950, o Estado foi criando condições para que o ensino se modernizasse. A escola no Brasil chegou aos anos 1950 defasada, sendo “indispensável rever a estrutura e o funcionamento do ensino, de modo que o ‘sincronize’ com as necessidades do desenvolvimento” (Cunha, 2007, p.128).

A criação do CNPq, por outro lado, apresenta um elemento novo ao Estado brasileiro enquanto patrocinador de pesquisas no sentido de ser a primeira vez que há, efetivamente, uma política pública de concessão de bolsas e investimentos em ciência no país e o incentivo a intercâmbios acadêmicos entre pesquisadores e instituições dos países ocidentais (Varela; Domingues; Coimbra, 2013).

Temos, portanto, um conjunto de elementos que constituem o que foi a política desenvolvimentista voltada para ciência nos anos 1950: a modernização do ensino superior e o foco em aperfeiçoamento de pessoal especializado, cujas atribuições cabiam a Capes; e a união das ideologias de segurança nacional e desenvolvimento que deram origem ao CNPq, tendo como base o patrocínio à pesquisa e o fortalecimento das relações entre Estado e Ciência. Regina Morel, refletindo sobre a pesquisa científica, afirma que “ciência e recursos humanos vão ser valorizados como fatores de progresso, elementos fundamentais para o aprimoramento das forças produtivas e a expansão capitalista”(Morel, 1979). Capes e CNPq “sintetizavam os componentes essenciais do sistema político-econômico brasileiro da época – nacionalismo econômico, emancipação do País, ideologia desenvolvimentista, incremento da função econômica do Estado - indicavam que o Brasil tinha pressa em se modernizar” (Mendonça; Xavier; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008, p. 149).

Porém, cabe ressaltar que no contexto de suas criações, tanto Capes como CNPq não tinham linhas de ações bem definidas, embora tivessem seus campos de atuação semelhantes: o ensino e a pesquisa. Enquanto a ênfase da Capes recaía sobre a questão da formação de pessoal do ensino superior, não incluindo apenas professores universitários, mas também técnicos e

pesquisadores no país; o CNPq era mais seletivo, atendia a elite dos pesquisadores em atuação, com o fomento direcionado às áreas estratégicas para o desenvolvimento do país naquele momento, como a energia nuclear (Andrade, 1999).

Inquérito de 1957 “Instituições de Pesquisa (Básicas e Aplicadas)” e a constituição da comunidade científica brasileira

Em 1957 a Capes publicou, dentro de uma série de documentos que visavam explicar a situação do ensino superior e da pesquisa no país, o inquérito “Instituições de Pesquisa (Básicas e Aplicadas)”. Seu objetivo consistia em demonstrar a organização e o funcionamento das entidades, bem como a constituição de seus quadros técnicos e científicos, e sua qualificação em termos de cursos de aperfeiçoamento, especialização ou pós-graduação. Esse foi o primeiro inquérito nacional com o objetivo de recensear a população de pesquisadores em atividade no país.

Logo na introdução, são expostos os objetivos que a publicação pretendia alcançar, representando o primeiro levantamento da comunidade científica brasileira. “Desde 1955, a CAPES vem se empenhando na organização de um cadastro das instituições que realizam pesquisa científica, seja básica ou aplicada” (Capes, 1957, p. 5).

Previamente, o objetivo do inquérito era obter informações sobre as atividades de pesquisa desenvolvidas nas instituições: quem realiza pesquisa, qual sua formação e especialização, que tipo de pesquisa é conduzida e em qual especialidade. O foco principal era nas atividades de pesquisa, além de mapear os pesquisadores e compreender a estrutura institucional em que atuavam (departamento, laboratório, instituto, etc).

Ainda descrevendo o inquérito, afirmam: “(...) foi a coleta de informações limitada aos setores da organização efetivamente empenhados em trabalhos de pesquisa (grifo nosso)” (p. 6). Em outras palavras, a Capes reuniu elementos para produzir um retrato da pesquisa e dos pesquisadores em atividade. A distinção principal para essa caracterização foi diferenciar pesquisa básica e aplicada, conceitos amplamente discutidos no pós-guerra e que orientavam as políticas e agências nacionais de Ciência & Tecnologia, sobretudo em um contexto marcado pelo ideal desenvolvimentista, no qual a ciência era considerada um recurso fundamental.

No inquérito figuram todas as instituições respondentes que declararam dedicar-se regularmente a trabalhos de pesquisa e os pesquisadores descritos são todos os funcionários de caráter permanente, assim designados pelas entidades informantes, sendo excluídos bolsistas e/ou estagiários. Em relação ao quadro técnico, também foram excluídos os que desempenhavam atividades como auxiliares de pesquisa.

O survey, contabilizou 3253 pesquisadores, distribuídos em 230 instituições tecnocientíficas (laboratórios, centros de pesquisa, departamentos universitários, entre outras) sediadas em 13 estados brasileiros (Amazonas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo), além do Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro), que durante muito tempo

concentrou a expressiva maioria das instituições científicas do país (figura 01).

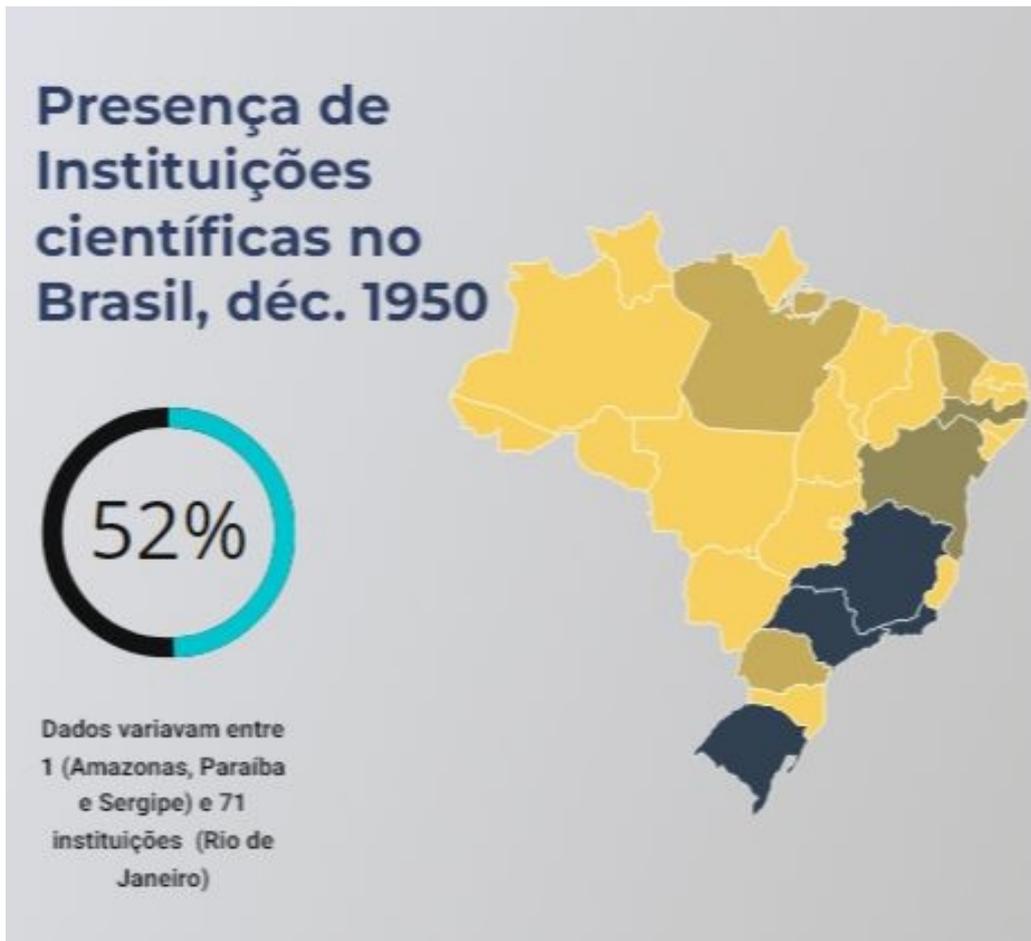


Figura 1: Inquérito Instituições de Pesquisa Básicas e Aplicadas (Capes, 1957). Imagem: Elaboração própria da autora

A partir da [figura 01](#) – que pode ser melhor visualizada no navegador, passando o cursor sobre cada um dos estados, no qual se pode ver tanto o número e instituições em cada estado, quanto o número de instituições em que as mulheres estavam presentes – podemos identificar a majoritária concentração das instituições de pesquisa no sudeste brasileiro (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais), mas, em particular, na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal. Somente ela concentrava 65 instituições, quase 30% do total de 230 espalhadas pelo país.

Luiz Antônio Cunha, ao abordar o ensino superior no Brasil, aponta que em 1954 as 16 universidades existentes no país, estavam localizadas em 7 estados distintos: Bahia, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. (Cunha, 2007, p. 81). Ou seja, ao relacionarmos esses dados com o Boletim da Capes fica evidente a maciça concentração das instituições científicas nos estados que estão representados no Inquérito, sendo ele, portanto, uma representação da cartografia da comunidade científica brasileira de meados do século XX.

A característica sociogeográfica da comunidade científica apresenta um resultado bastante desigual entre as regiões do país, dada a grande concentração de instituições científicas localizadas no sudeste brasileiro, apontamento que já havia sido também destacado por Simon Schwartzman (1979).

Este aglomerado também era observado a partir do número de concluintes no ensino superior nos anos precedentes ao Inquérito. O BI da CAPES de maio de 1953 exibiu dados sobre os estudantes que concluíram o ensino superior no ano anterior (Capes, 1953). Dos 10.684 estudantes concluintes, 50,05% concentram-se em instituições de São Paulo e do Distrito Federal, 2.782 e 2.615, respectivamente. Em ordem decrescente, seguiram Minas Gerais (9,1%), Rio Grande do Sul (8,4%), Paraná (7,2%), Rio de Janeiro (estado) (7,7%), Pernambuco (5,6%) e Bahia (5,2%). Ou seja, estes 8 estados correspondem a 92,3% do total de diplomados do país em 1952. O restante, 7,7%, estão divididos entre Ceará, Pará, Goiás, Alagoas, Maranhão, Espírito Santo, Santa Catarina, Amazonas, Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba. O estado do Sergipe, que contava com 4 estabelecimentos do ensino superior, não formou nenhum aluno naquele ano, e no Mato Grosso e demais estados ainda não havia cursos superiores.

A centralização das atividades científicas, das instituições e dos estudantes de ensino superior nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo também é debatida pela historiografia das ciências quando se referem a institucionalização das ciências. As universidades, ponto levantado por Cunha, inclusive, tiveram papel fundamental nesse processo. Ferreira et al defendem o argumento que a reorganização do ensino superior brasileiro nos anos 1930, através da implantação de um sistema universitário, “inaugurou uma nova fase da institucionalização das ciências” (Ferreira et al., 2008, p. 51). Neste processo, que vinha desde os anos 1920 com o chamado “movimento pela escola nova”, estiveram envolvidos cientistas, políticos e intelectuais que pretendiam construir um modelo institucional e pedagógico que via na universidade o ápice da sua modernização. Analisando os resultados do inquérito a partir da distribuição das instituições por estado e por sexo, temos os seguintes quadros:

Tabela 1 - Distribuição geográfica das instituições e dos pesquisadores

Local	Nº de instituições	% de instituições	Nº de pesquisadores	% de pesquisadores
Distrito Federal	65	28,3	1282	39,4
São Paulo	63	27,4	1020	31,4
Outros Estados	102	44,3	951	29,2
Brasilⁱⁱ	230	100	3253	100,0

Fonte: elaboração da autora a partir de Capes, 1957.

Tabela 2 - Distribuição geográfica dos pesquisadores segundo sexo

Local	Nº de Homens	% homens	Nº de Mulheres	% mulheres
Distrito Federal	1002	78,2	280	21,8
São Paulo	901	88,3	119	11,7
Outros Estados	856	90	95	11,7
Brasil	2758	84,8	494	15,2

Fonte: elaboração da autora a partir de Capes, 1957.

A partir das tabelas 1 e 2, nota-se que o Inquérito de 1957 contabilizou 3.253 pesquisadores, sendo 2759 homens (84,8%) e 494 mulheres (15,2%). A maioria, de ambos os sexos, 1.282 (39,4%), trabalhavam em instituições sediadas no Distrito Federal, seguidos pelas instituições localizadas no estado de São Paulo com 1.020 (31,4%). Entre os pesquisadores do DF, identificamos 1002 homens (78,2%) e 280 mulheres (21,8%), distribuídos em 65 instituições (28,3% do total nacional). O estado de São Paulo era o único que possuía um número de instituições e de pesquisadores e pesquisadoras comparáveis ao quadro do DF, com 901 homens (88,3%) e 119 (11,7%) mulheres, ambos distribuídos em 63 instituições (27,4% do total). Nos demais 12 estados, foram identificadas 102 instituições (44,3%), com 951 pesquisadores, sendo 856 (90%) homens e 95 (10%) mulheres.

Além da análise dos dados quantitativos, também identificamos as especializações de maior frequência entre os pesquisadores de ambos os sexos a partir da instituição a qual estavam vinculados. Na tabela 3, a seguir, apresentamos as dez instituições com o maior número de pesquisadores de ambos os sexos, incluindo a unidade da federação a qual estavam vinculadas, a especialização, número de homens, mulheres e o total.

Tabela 3 - Instituições com o maior número de pesquisadores no Inquérito de 1957

UF	Instituição	Especialização	Homens	Mulheres	Total
SP	Instituto de Agronomia	Agronomia	114	5	119
SP	Instituto Adolfo Lutz	Ciências biológicas em geral	75	42	117
SP	Instituto Biológico	Ciências biológicas em geral	93	6	99
DF	Instituto Nacional de Tecnologia	Tecnologia industrial em geral	69	22	91
DF	Instituto Oswaldo Cruz	Ciências biológicas em geral	69	9	78
PR	Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas	Ciências físicas, biológicas e tecnologia industrial	68	3	71
DF	Laboratório da Produção Mineral	Mineralogia	45	17	62
DF	Instituto de Pesquisas Educacionais	Educação	1	59	60
DF	CBPF	Física	49	7	56
DF	Divisão de Geografia - Conselho Nacional de Geografia (IBGE)	Geografia	22	33	55

Fonte: elaboração da autora a partir de Capes, 1957.

Entre as instituições com a maior concentração de pesquisadores de ambos os sexos, temos as três localizadas em São Paulo, seis no Distrito Federal e uma no Paraná. No que diz respeito a especialização, embora apareçam oito tipos, há uma majoritária concentração nas ciências biológicas. Sônia Draibe (2004, p. 170), ao discutir sobre a concepção varguista do desenvolvimento do capitalismo no Brasil dos primeiros anos da década de 1950, apresenta cinco eixos nas quais se situavam os maiores investimentos, aquilo que era considerado como “áreas prioritárias”. Entre elas, a capitalização da agricultura, que se apoiava na “modernização da produção rural por meio de inversões estatais em melhorias técnicas, mecanização, créditos e financiamentos às empresas agrícolas, e montagem de um sistema integrado de armazenamento e comercialização”. Ou seja, quando observamos as áreas prioritárias para o desenvolvimento do país em conjunto com o número de bolsas e auxílios concedidos e as instituições com a maior concentração de pesquisadores, percebemos que pesquisa e desenvolvimento caminhavam de mãos dadas naquele momento, tendo Capes papel central na organização e distribuição de recursos (humanos e de capitais) para essas áreas estratégicas.

constituíam apenas 5% dos autores que publicaram artigos em ‘Ciência e Cultura’ (Barroso, 1975a, p. 618). Aquela SBPC ilustra um contexto próximo ao Inquérito da Capes, trata-se do principal evento de socialização da atividade científica do país, que contou com uma proporção de pesquisadoras três vezes menor do que a proporção de mulheres identificado pela Capes. Não há uma equivalência direta, pois muitas poderiam estar em atividade e não terem ido a reunião, porém, serve de base para refletirmos sobre a baixa presença de mulheres atuantes na ciência brasileira em fins da década de 1940 e meados da década de 1950.

Por outro lado, Barroso apresentou a porcentagem de mulheres com ensino superior completo em 1940 e 1950: 9%. Portanto, a relação de 15% de pesquisadoras já em atuação, identificadas a partir do Inquérito, é expressiva e torna-se fundamental caracterizar esse coletivo, embora ele represente uma minoria frente ao número de homens. Isto faz ser ainda mais relevante compreender quem são essas cientistas, elaborando, dessa forma, uma biografia coletiva das mulheres presentes na comunidade científica brasileira daquele período.

Desigualdades de gênero no Inquérito de 1957

Em meados dos anos 1990 a revista “Ciência Hoje” dedicou seu editorial ao tema “Mulheres cientistas: trabalho dobrado para chegar lá”. Como possíveis explicações sobre porque é difícil “chegar lá” as cientistas entrevistadas “se referem à vida familiar, às responsabilidades sociais, muitas ressaltam as condições desiguais de trabalho. Ou seja, a própria comunidade científica não facilita para as mulheres o acesso a uma carreira profissional no campo da ciência (grifo nosso)” (Tabak, 1996, p. 46). Maria Helena Trigo, ao investigar os novos códigos de sociabilidades estabelecidos a partir do ingresso de mulheres no ensino superior, destaca que a presença delas nas faculdades e o caminho da profissionalização não excluía naquele momento – aproximadamente décadas de 1930 e 1940 – o “projeto clássico de casamento e maternidade” (Trigo, 1994, p. 94). Porém, os professores homens, catedráticos, que tinham o poder de escolher seus auxiliares, fazerem convites para o ingresso em seus laboratórios, elegiam quem entendiam ter o potencial para uma carreira na pesquisa e, normalmente, as opções não eram mulheres.

Carmen Barroso ao apresentar os dados sobre a primeira reunião da SBPC em 1949, destaca: “apenas 5% dos participantes de simpósios e 14% dos autores de comunicações eram mulheres. Naquele ano, as mulheres

Analisando as áreas de atuação das 104 instituições em que as mulheres estão presentes, destacam-se como as cinco mais frequentes: medicina (16 instituições), ciências biológicas (10 instituições), agronomia (7 instituições), educação (6 instituições) e tecnologia industrial (5 instituições). Porém, quando observado o número de mulheres, as áreas mais frequentes se alteram: educação (99 mulheres), ciências biológicas (80), tecnologia industrial (47), medicina (33) e agronomia (15). Esses dados indicam que as mulheres foram mais frequentes na educação - em um menor número de instituições, mas em maior número de mulheres. Por outro lado, a medicina é a área onde elas estão presentes no maior número de instituições, porém com pouca distribuição, na maioria delas são apenas 1 ou 2. A área onde há mais equilíbrio entre instituições/mulheres são as ciências biológicas, embora em uma delas, o Instituto Adolfo Lutz, elas sejam a extrema maioria.

A seguir, passaremos a dados mais específicos sobre em quais instituições elas estão mais presentes:

Tabela 4 - Instituições com o maior número de mulheres

UF	Instituição	Especialização	Homens	Mulheres	Total
DF	Instituto de Pesquisas Educacionais	Educação	1	59	60
SP	Instituto Adolfo Lutz	Ciências biológicas em geral	75	42	117
DF	Divisão de Geografia - Conselho Nacional de Geografia	Geografia	22	33	55
RS	Centro de Pesquisas e orientação educacionais	Educação	0	25	25
DF	Instituto de Seleção e Orientação Profissional	Psicologia	11	23	34
DF	Instituto Nacional de Tecnologia	Tecnologia industrial em geral	69	22	91
DF	Laboratório Nacional de Análises	Tecnologia industrial em geral	7	21	28
DF	Laboratório da Produção Mineral	Mineralogia	45	17	62
SP	Instituto de administração da Fac. Ciências Econ. e Adm.	Administração	17	11	28
DF	Instituto de Biofísica	Biofísica	18	10	28
Total			265	263	528

Fonte: elaboração da autora a partir de Capes, 1957.

Observando apenas a tabela 4 identificamos que um certo padrão pode ser destacado. As 10 instituições onde havia mais mulheres no Brasil concentram 53% dessa população que, no total, está presente em 104 instituições. Ou seja, há uma distribuição desigual de pesquisadoras concentradas em poucas instituições. Analisando através das unidades da federação, entre as 10, 7 estão localizadas no Distrito Federal, dado que corrobora também com a proporção total de pesquisadores lotados no DF, conforme já demonstramos nas tabelas 3, 4 e 5, e que dialoga com a historiografia que destaca o Rio de Janeiro (DF) como polo concentrador da ciência brasileira desde o século XIX, ao lado de São Paulo, que se insere ao longo do século XX. Barroso e Mello sugerem uma explicação para um fenômeno semelhante, a larga presença de mulheres em instituições de São Paulo. Indica que em estados com uma maior industrialização, as opções de trabalho são mais diversificadas, o que levaria a escolhas menos tradicionais, “escolhas vocacionais menos estereotipadas sexualmente”(Barroso & Mello, 1975, p. 50).

No que diz respeito a especialização, há 2 instituições voltadas à educação, ainda escolhas mais tradicionais, que remetem a

da Plataforma Sucupira, a expressiva maioria dos programas estão concentrados nestas mesmas regiões (63,4%). Essa disparidade geográfica não apenas limitou o desenvolvimento científico em áreas menos favorecidas, mas também perpetuou um ciclo de exclusão que dificultou o acesso a recursos e oportunidades de pesquisa, contribuindo para um ambiente científico desigual.

No que diz respeito as disparidades de gênero, a participação de mulheres na ciência, analisando a década de 1950, representava apenas 15% dos pesquisadores. Essa situação reflete barreiras sociais e institucionais que restringiam a inserção das mulheres no campo científico, incluindo preconceitos de gênero, falta de apoio institucional e a necessidade de equilibrar responsabilidades familiares com a carreira acadêmica. Tais condições indicam que, apesar de avanços, as desigualdades de gênero continuavam a ser um obstáculo relevante para a plena participação das mulheres na ciência.

A criação da Capes e do CNPq, no contexto da política desenvolvimentista, foi um passo importante para a organização da pesquisa científica no Brasil. No entanto, as políticas

formação maciça de normalistas no início do século XX, o Instituto de Pesquisas Educacionais (IPE) e o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, ambos possuem, somadas, 84 mulheres, cerca de um terço do total das 10. Por outro lado, chama atenção a Tecnologia Industrial, igualmente com duas representantes: Instituto Nacional de Tecnologia e o Laboratório Nacional de Análise. Poderíamos somar a esses dois, outros que embora estejam classificados com outra especialização, também estão ligados a produção de tecnologia: o Laboratório de Produção Mineral e o Instituto de Biofísica.

Considerações finais

As análises realizadas demonstram as desigualdades regionais e de gênero na comunidade científica brasileira durante a década de 1950, evidenciando uma concentração de instituições de pesquisa e pesquisadores nas regiões Sudeste e Sul, dados que se olhamos para o contexto atual seguem reproduzidos – no caso da pós-graduação, por exemplo, onde se concentra a maioria das pesquisas do país, conforme dados

implementadas por essas instituições frequentemente refletiram e, em alguns casos, exacerbaram as desigualdades existentes. A priorização de determinadas áreas de pesquisa e a alocação de recursos concentrados em regiões específicas contribuíram para a marginalização de outras áreas e grupos, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais equitativa nas políticas de ciência e tecnologia.

O inquérito realizado pela Capes em 1957 se destaca como um marco na identificação das desigualdades na comunidade científica brasileira. Este levantamento não apenas forneceu dados essenciais para a compreensão da estrutura da pesquisa no país, mas também ressaltou a urgência de políticas que abordassem as disparidades regionais e de gênero. A análise dos dados coletados deve servir como base para a formulação de estratégias que promovam uma ciência mais inclusiva e representativa.

Referências

- ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. *Físicos, Mésons e Política: a dinâmica da ciência na sociedade*. São Paulo; Rio de Janeiro: Hucitec; Museu de Astronomia, 1999.
- BARROSO, Carmen. A participação da mulher no desenvolvimento científico brasileiro. *Ciência e Cultura*, [s. l.], v. 27, p. 613–620, 1975a.
- BARROSO, Carmen Lúcia de Melo; MELLO, Guiomar Namó de. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*, [s. l.], n. 15, p. 47–77, 1975.
- CAPES, Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Boletim Informativo no 6*. [S. l.: s. n.], 1953. Disponível em: <https://memoria.capes.gov.br/index.php/boletim-informativo-n-6>.
- CAPES, Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Relatório*. Distrito Federal: Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 1955. Atividades. Disponível em: <http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/cbpe-m049p06-atividadescampanhanacionalaperfeicoamentopessoalnivelsuperiorterceirotrimestre-1955>. .
- CÓRDOVA, Rogério de Andrade. *Capes: origem, realizações, significações*. [S. l.]: CAPES, 1998. v. 1

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. 3aed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

FERREIRA, Luiz Otávio et al. Institucionalização das ciências, sistema de gênero e produção científica no Brasil (1939-1969). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, [s. l.], v. 15, n. suppl, p. 43–71, 2008.

GOUVÊA, Fernando. O primeiro decênio da Capes: uma campanha extraordinária (1951-1960). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, [s. l.], v. 91, n. 229, 2010. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/2890>. Acesso em: 21 dez. 2021.

GOUVÊA, Fernando; MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos. A contribuição de Anísio Teixeira para a institucionalização da Pós-graduação no Brasil: um percurso com os boletins da CAPES. *Perspectiva*, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 111–132, 2006.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C.; XAVIER, Libânia Nacif; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (org.). *Por uma política de formação do magistério nacional: o Inep--MEC dos anos 1950/1960*. Brasília, DF: Inep, 2008. (Coleção Inep 70 anos, v. 1).

MOREL, Regina L de Moraes. *A pesquisa científica e seus condicionamentos sociais*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

ROSSI, Daiane. ¿Quiénes son los científicos y dónde están? La composición institucional y de género de la comunidad científica brasileña (años 50). *Revista de Estudios Brasileños*, [s. l.], v. 10, n. 21, p. 117–134, 2023.

TABAK, Fanny. Obstáculos a superar. *Ciência e Cultura*, [s. l.], v. 20, n. 115, p. 40–47, 1996.

TEIXEIRA, Anísio. *Sugestões para um plano de auxílio ao ensino superior do país*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1946.

TRIGO, Maria Helena. A mulher universitária: códigos de sociabilidade e relações de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila (org.). *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1994. p. 89–110.

VARELA, Alex Gonçalves; DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; COIMBRA, Carlos Alberto. A circulação internacional dos cientistas brasileiros nos primeiros anos do CNPq (1951-1955). *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 6, n. 2, p. 19, 2013.

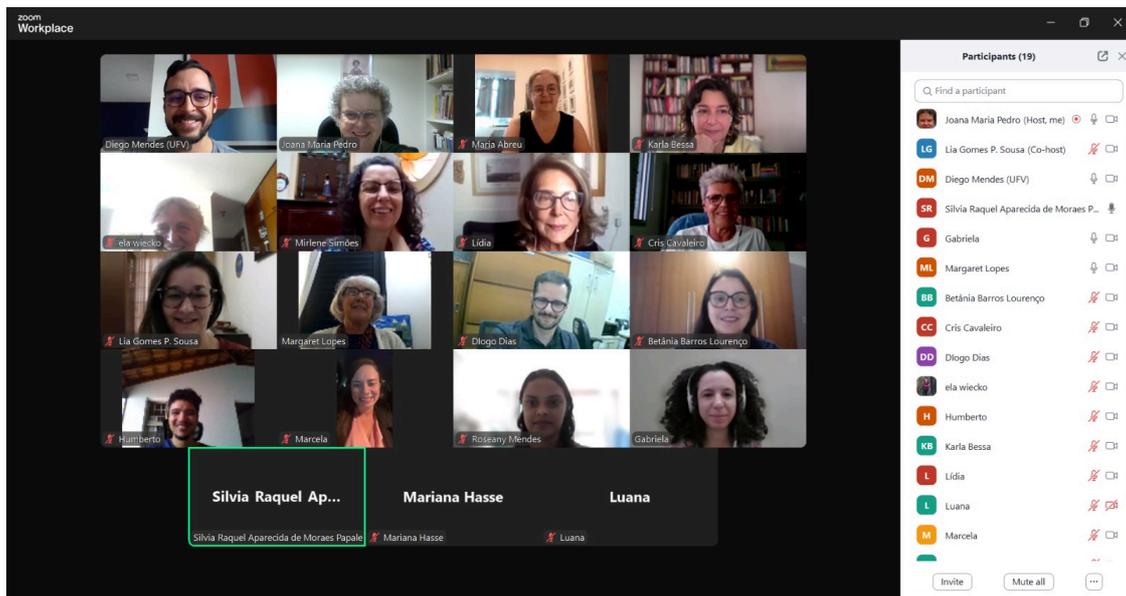


Daiane Silveira Rossi é pesquisadora em Estágio Pós-doutoral na Casa de Oswaldo Cruz, com bolsa nota-10 da FAPERJ, com o projeto "Mulheres nas ciências: profissionalização e trajetórias científicas (Rio de Janeiro - DF, 1940-1960)". Também é, atualmente, Professora na Universidade Franciscana (UFN). É Doutora em História das Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz



Nota sobre as atividades do Observatório Caleidoscópico - Coordenação Sul Sudeste (1º/2024)

Lia Gomes Pinto de Sousa, Unicamp, liagps@unicamp.br



Seminário do Observatório Caleidoscópico - Coordenação Sul Sudeste. Imagem: autora.

Um semestre se passou depois de nosso primeiro Boletim do INCT Caleidoscópico e nossas atividades continuam a todo vapor.

A seção regional Sul-Sudeste expandiu a busca por parcerias e, no momento, contamos com 69 participantes, dentre integrantes da equipe e colaboradoras voluntárias, distribuídas nas 3 nucleações criadas. Assim, somos 30 na **Nucleação 1**, que se dedica a indicadores e trajetórias de mulheres nas ciências; 29 na **Nucleação 2**, voltada a iniciativas e políticas de enfrentamento a violências nas IES; 10 na **Nucleação 3**, dedicada à divulgação científica. Embora haja uma escolha principal por área de atuação, muitas de nós também participamos de duas ou das três nucleações, já que os pontos de interesse são múltiplos e interconectados.

Nossa rede abrange pesquisadoras e pesquisadores dos estados de São Paulo (21),

A última sessão deste semestre ocorreu em 28 de junho, conduzida pela doutoranda da Unicamp, Gabriela Marino Silva, e pelo professor da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Diego Costa Mendes. Gabriela nos apresentou sua pesquisa sobre a inclusão de mulheres em STEM a partir das matemáticas no Brasil e na França, e Diego retomou o debate sobre enfrentamento do assédio no ambiente universitário em nosso país. Todas as atividades ocorreram online e ao vivo, com entusiasmado debate, e a gravação das sessões foram disponibilizadas no [Youtube](#) e divulgadas em nossas [redes sociais](#). Em julho fizemos uma pausa em função do **Seminário Internacional Fazendo Gênero 13**, evento obrigatório para todas nós, mas já temos a agenda de nosso Seminário de Pesquisa para os meses de agosto a novembro de 2024. Os trabalhos apresentados deverão ser reunidos em forma de artigos e submetidos a dossiê de periódico especializado.

Rio Grande do Sul (16), Santa Catarina (13), Minas Gerais (9), Paraná (4), Rio de Janeiro (3) e Espírito Santo (2) – aqui dispostos por ordem de concentração, da maior para menor frequência. Contamos também com a participação de uma pesquisadora pertencente ao Conicet - Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas da Argentina. Notamos que, na Nucleação 1, as paulistas são maioria, enquanto na Nucleação 2 predominam as gaúchas e catarinenses e, na N3, SP e SC são os estados mais frequentes.

Em nossa dinâmica de formalização de parcerias, as colaboradoras voluntárias preenchem um formulário para fins de cadastro, assinam um Termo de Adesão, e as coordenadoras do Observatório enviam um Atestado de Participação, vínculo esse que pode – e deve – ser mencionado nos currículos Lattes de cada pesquisadora. Mas tudo começa com o já conhecido método “bola de neve”, partindo da indicação ou convite de alguém já pertencente ao projeto. Dessa forma, nossa rede tem se expandido a partir de relações próximas, que permitem a criação de novos laços acadêmicos e de interesse comum, muitas vezes inesperados e gratificantes. Os grupos de e-mails e de WhatsApp continuam sendo a principal forma de nos comunicarmos no dia-a-dia. No entanto, realizamos reuniões periódicas das nucleações para discutir atividades a serem realizadas conjuntamente e também participamos de seminários de pesquisa, onde trocamos experiências e nos alimentamos das perguntas, inquietações e descobertas umas das outras.

Do início do ano para cá, realizamos quatro reuniões gerais: em 26 de fevereiro, 25 de abril, 06 de junho e 25 de junho. Em nossos encontros, todos online, demos

Outra inovação do Observatório foi o **Workshop: Bases de dados cientistas no Brasil**, ministrado pelo analista de dados e bolsista do INCT, Humberto Ribeiro de Souza, em 19 de junho. A atividade abordou diferentes repositórios de informações relativas à vida acadêmica e científica do país, desde as já conhecidas até as mais recentes, como o “Painel Lattes - Formação e Atuação”, lançado em março deste ano. A oficina apresentou diversas perspectivas de abordagens, ferramentas de busca, limites e possibilidades de pesquisa, especialmente no que se refere à criação de indicadores sobre a participação feminina na ciência. Assim como o Seminário, o evento suscitou amplo debate e fez sucesso entre a audiência, que tem contado, em média, com 20 participantes por sessão.

Quanto às ações mais amplas do Observatório, logo no início do ano, em São Paulo, nossa mais recente pós-doc. a ingressar no grupo, Mirlene Fátima Simões, acompanhou a **Conferência Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação**, realizada em 7 e 8 de março para refletir sobre os desafios e contribuições do Estado para a agenda nacional de CT&I. Em artigo próprio no Boletim, ela nos conta mais detalhes sobre essa experiência. No mesmo mês, no dia 13 de março, as coordenadoras do Observatório Sul Sudeste participaram e mediarão sessões na **Conferência Livre do INCT Caleidoscópio**, de abrangência nacional, na qual discutimos as realizações do 1º ano de existência do INCT, a permanência da discussão sobre gênero na ciência, além de anunciarmos o lançamento da 1a. Edição de nosso Boletim. As atividades, realizadas em lives na parte da manhã e da tarde, foram gravadas e estão disponíveis no nosso canal do Youtube. As representantes do

encaminhamentos operacionais como sugestões de ferramentas de gestão, ideias para o novo site do Observatório, planejamento de apresentação de trabalhos, lançamento de livros, entrevistas e treinamentos. Está prevista para o próximo semestre – e aguardamos ansiosamente – uma oficina a ser ministrada por Rebeca Feltrin, desenvolvedora do software de Análise Interseccional de Perfil (AIP), que já nos trouxe inovadoras considerações em nosso Boletim anterior.

Uma das novidades deste ano foi o início de nossos encontros de pesquisa no **Seminário do Observatório Caleidoscópico**, onde diversas integrantes tiveram a oportunidade de compartilhar seus estudos desenvolvidos nas temáticas relacionadas às nucleações 1 e 2. A sessão de abertura ocorreu no dia 25 de abril, com a apresentação da bolsista de pós-doutorado do INCT Caleidoscópico, Lia Gomes P. Sousa, sobre aspectos de sua tese acerca das primeiras pesquisadoras do Instituto Oswaldo Cruz (Rio de Janeiro), que iniciaram suas carreiras entre 1938 e 1968. O trabalho, desenvolvido na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz e defendido em dezembro de 2023, aborda o fenômeno mais amplo da profissionalização científica de mulheres no Brasil.

As sessões seguintes passaram a ocorrer sob o formato de atividade de extensão, intitulada 1º Seminário de Pesquisa do Observatório Sul Sudeste do INCT Caleidoscópico, oferecida pelo Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp e Laboratório de Estudos de Gênero e História-Legh/UFSC, entidades que coordenam o Observatório Sul Sudeste. Na sessão de 23 de maio, Daiane Rossi, professora da Universidade Franciscana (UFN), deu continuidade à temática anterior,

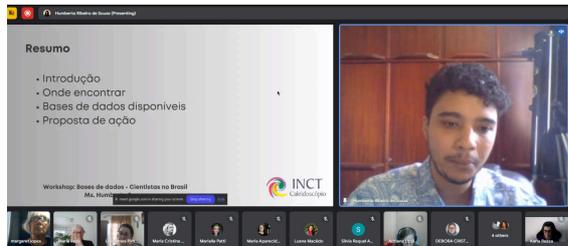
Observatório também tiveram ampla participação no **Seminário Internacional Pagu 30 anos**, ocorrido de 18 a 21 de março na Unicamp, apresentando trabalhos, integrando e mediando mesas.

De abrangência local, a pós-doc. Lia Sousa, também ingressa neste ano, proferiu palestra com o tema “Questões de gênero na ciência” no Colégio Técnico de Campinas da Unicamp – Cotuca, no âmbito do projeto de extensão InterCocen/Unicamp, em 14 de maio. Sob coordenação das professoras Karla Bessa e Margaret Lopes, temos também atuado com a comunidade universitária em atividades relacionadas à Rede de Mulheres Acadêmicas da Unicamp, Seminário de pós-graduandos do IFCH, Cine Pagu (que contou, dentre outras sessões, com a difusão da 13a. Mostra de Cinema e Direitos Humanos promovida pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania), e contatos com cientistas comprometidas com o incentivo e divulgação científica entre meninas e mulheres, como a astrônoma e geóloga planetária da Nasa, Rosaly Lopes.

Mediante projeto Pibic/CNPq, atuamos também na Iniciação Científica de 3 jovens alunas do ensino médio da rede pública de Campinas (SP), estimuladas no letramento e socialização no ambiente universitário. Tais atividades têm sido consideradas como um laboratório para nossa próxima inovação tecnológica: a criação da **Incubadora Social Feminista do Observatório Caleidoscópico - Sul/sudeste**, que está em fase de idealização.

Além da submissão de artigos e propostas em congressos diversos, a fim de divulgar a experiência de pesquisa e desenvolvimento no âmbito do INCT Caleidoscópico, nossa mais recente atividade foi a finalização do novo site

abordando a presença institucional das cientistas brasileiras em meados do século XX. A professora Cris Cavaleiro, da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), por sua vez, abriu os trabalhos referenciados na nucleação 2, apresentando sua experiência de pesquisa sobre violência de gênero na universidade pública.



Workshop: Bases de dados cientistas no Brasil,
ministrado pelo analista de dados e bolsista do INCT,
Humberto Ribeiro de Souza

do Observatório Caleidoscópico que abrigará as atividades das coordenações Sul/Sudeste, Norte-Nordeste e Amazônia Legal e Centro Oeste. O site está agora definitivamente hospedado no endereço institucional da Unicamp. A página impulsionará a difusão de notícias, divulgação de eventos, “pílulas” informativas sobre trajetórias, indicadores e equipamentos de combate ao assédio, além de atuar como repositório de obras sob a perspectiva feminista e de gênero.

Muita coisa fizemos e muito mais está por vir. Sigamos em rede e em ação!

Coordenação: Joana Pedro (UFSC), Karla Bessa (UNICAMP) e Margaret Lopes (Unicamp).

Pós-doutorandas: Lia Gomes Pinto de Sousa (Inct-Caleidoscópico/Unicamp), Morgani Guzzo (Inct-Caleidoscópico/UFSC) e Mirlene Simões (INCT-Caleidoscópico/Unicamp).

Bolsistas de Apoio: Humberto Ribeiro (Unicamp), Pedro Ordones (UFSC) e Adriana Lippi (Unicamp).



Lia Gomes Pinto de Sousa é pós-doutoranda do INCT Caleidoscópico. Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp (2004), mestrado em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz (2009) e doutorado pela mesma instituição (2023).



Incubadora Social Feminista Antirracista Norte-Nordeste e Amazônia Legal: relato das ações desenvolvidas no último semestre

Dolores Galindo, UFCG, dolorescristinagomesgalindo@gmail.com

Silvia Lúcia Ferreira, UFBA, silvia1f100@gmail.com

Zizele Ferreira dos Santos, UFCG, pesquisacientistasquilombolas@gmail.com

Karine de Souza Oliveira Santana, UFBA, kasousan@gmail.com

Naryanne Ramos, UFCG, gabrieladsenam@gmail.com

Gabriela Sena, UFCG, naryanneramos@gmail.com

Maria Simone da Silva Santino, UFCG, simonemariasimonedasilvasantin@gmail.com



Encontro Interinstitucional do INCT Caleidoscópio com universidades baianas. Foto: Eliana Sacramento.

Apresentação

A Incubadora Social Feminista Antirracista Norte-Nordeste e Amazônia Legal no primeiro semestre de 2024, reafirmou seu compromisso com a inclusão e valorização das mulheres quilombolas nas ciências. Desde o início, como já discutido no boletim de 2023, temos buscado entender as barreiras que essas mulheres enfrentam e propor estratégias de superação. A aprovação do projeto "Mulheres Quilombolas nas Ciências", coordenado pela professora Dolores Galindo, marca uma etapa importante a ser consolidada através de produção de dados e pesquisa articulada às demais parcerias regionais, refletindo o desejo

Participação na Conferência Livre "INCT Caleidoscópio: Permanência da Discussão sobre Gênero na Ciência" - 13 de março

Em março de 2024, ocorreu a Conferência Livre "INCT Caleidoscópio: Permanência da Discussão sobre Gênero na Ciência", que também marcou o lançamento da 1ª edição do Boletim do INCT Caleidoscópio. Esta publicação apresenta artigos elaborados por pós-doutorandas do INCT, em parceria com professoras orientadoras, abordando os avanços significativos no mapeamento de dados e boas práticas em prol da equidade de gênero na ciência. Um dos artigos destacados no Boletim, apresentado pela Profa. Dra. Zizele Ferreira (Bolsista PDJ, UFCG-INCT

de dar visibilidade às trajetórias dessas mulheres.

Um dos momentos marcantes deste primeiro semestre foi a realização do Seminário "Mulheres Quilombolas nas Ciências: Posse do Conselho Incubadora/Universidade e Assinatura do Termo de Compromisso Cidadão com a CONAQ", realizado em 07 de agosto de 2024. Esse evento celebrou a posse do primeiro Conselho da Incubadora, com a presença de pesquisadores e pesquisadoras nacionais e internacionais com diversas vozes representativas. Durante o seminário, também firmamos um Termo de Compromisso com a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), criando um laço importante para colaborar em ações voltadas para as comunidades quilombolas.

Nesta mesma data, além da posse do conselho e da assinatura do termo, a Incubadora lançou sua nova homepage. Este espaço será fundamental para centralizar informações sobre nossos projetos, atividades e conquistas, promovendo a comunicação com a sociedade. Importante destacar que apresentamos também o podcast "Mulheres Quilombolas nas Ciências: de quilombola para quilombola". Através desse programa, buscamos destacar as histórias e contribuições das mulheres quilombolas para as ciências, aproximando suas vozes da comunidade acadêmica e externa.

Outros eventos de igual importância, ocorreram neste semestre, como a I Conferência Livre do INCT Caleidoscópico e o I Encontro de Estudantes Quilombolas, reunindo estudantes de três universidades baianas: UFBA, UNEB e UFRB foram essenciais para que pudéssemos dialogar sobre as questões

Caleidoscópico), é intitulado "Presença das Mulheres Quilombolas nas Ciências: a construção de uma Incubadora Social Feminista Antirracista de Pesquisa Norte, Nordeste e Amazônia Legal no INCT Caleidoscópico". O texto foi escrito em coautoria com Dolores Galindo (UFCG), Silvia Lúcia Ferreira (UFBA), Karine de Souza Oliveira Santana (Bolsista PDJ INCT Caleidoscópico), Naryanne Ramos (Bolsista AT NS INCT Caleidoscópico) e Gabriela Sena (Bolsista AT NS INCT Caleidoscópico). **Confira aqui.**

Participação do INCT Caleidoscópico Conferência Temática - Mais meninas e mulheres nas ciências: por uma agenda de equidade e interseccionalidade

O INCT Caleidoscópico esteve presente na Conferência Temática - Mais meninas e mulheres nas ciências: por uma agenda de equidade e interseccionalidade que ocorreu nos dias 15 e 16 de março de 2024 na UERJ. A professora Dolores Galindo (UFCG) participou da mesa inicial, enquanto a professora Silvia Lúcia Ferreira (UFBA) coordenou a mesa 3, intitulada "Gênero e Financiamento à Pesquisa & Inovação no Brasil: contribuições a uma agenda de equidade e interseccionalidade". A pós-doutoranda, profa. Dra. Zizele Ferreira (UFCG) coordenou a mesa 4, "Baixa representação das mulheres em espaços de poder", com a advogada quilombola, Naryanne Ramos atuando como relatora. A referida Conferência construiu um documento a ser encaminhado à **5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Confira aqui.**

de gênero e raça. Eles geraram discussões relevantes e possibilitaram a construção de propostas para enfrentar as desigualdades que ainda existem nas trajetórias acadêmicas dessas mulheres.

Reunião com a CONAQ - 11 de março

No dia 11 de março de 2024, pesquisadoras da Incubadora Social Feminista Antirracista Norte, Nordeste e Amazônia Legal do INCT Caleidoscópico realizaram uma reunião com a professora Dra. Givânia Maria da Silva, quilombola de Conceição das Crioulas, em Salgueiro (PE), co-fundadora da Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e coordenadora do Coletivo de Educação da CONAQ. O propósito do encontro foi apresentar e discutir o projeto "Mulheres Quilombolas nas Ciências", que inclui a proposta do Mapa Mulheres Quilombolas nas Ciências e um Termo de Compromisso entre as parcerias, que foi aceito de forma positiva por Givânia. Ficou definido que a elaboração do termo ficaria sob responsabilidade da Incubadora, tendo à frente Naryanne Ramos, Advogada Quilombola, Mestre em Estudos de Cultura Contemporânea e Bolsista do INCT Caleidoscópico. **[Confira aqui.](#)**



Conferência Temática - Mais meninas e mulheres nas ciências: por uma agenda de equidade e interseccionalidade. Foto: Incubadora do INCT Caleidoscópico

Encontro Interinstitucional do INCT Caleidoscópico com universidades baianas

Como parte da divulgação e integração do INCT, no dia 08 de agosto de 2024 a sede da Incubadora na UFBA, na pessoa da profa. Silvia Lucia Ferreira promoveu este importante encontro com a presença da vice coordenadora Carla Bessa, e as representantes das demais universidades parceiras. Estavam presentes a Prof^ª. Denize Ribeiro, Pró-reitora de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, a Prof^ª. Eliana do Sacramento, da Universidade Estadual da Bahia Senhor do Bonfim, a Prof^ª. Sandra Maria Silva, representando o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher (NEIM), a Prof^ª. Olívia Maria Cordeiro de Oliveira, Coordenadora de Pesquisa da Pró-reitoria de Graduação da Universidade Federal da Bahia, a Prof^ª. Dina Maria Rosário Santos, Pró-reitora de Ações Afirmativas da Universidade Estadual da Bahia, a Prof^ª. Katemari Rosa, Coordenadora da Pró-

reitoria de Extensão da Universidade Federal da Bahia, a Prof^a. Dolores Cristina Galindo (Participação on-line), Coordenadora da Incubadora N/NE/AL sede Campina Grande.

Além da apresentação do INCT e seus principais projetos, o principal debate se deu em torno da necessidade de banco de dados consistentes capazes de oferecer possibilidades de análises às pesquisas com comunidades quilombolas nas universidades. Todas as gestoras presentes confirmaram a impossibilidade de dados das estudantes de graduação, de pós graduação e de docentes nas suas universidades. Chamam atenção para a inclusão das populações quilombolas, a fim de contemplar as particularidades étnico-raciais de nosso país e apresentar a realidade e o perfil mais preciso das mulheres dessas comunidades. **[Confira aqui.](#)**

Reuniões Mensais do Projeto "Mulheres Quilombolas nas Ciências"

Ao longo de 2024, a equipe interinstitucional do projeto "Mulheres Quilombolas nas Ciências: Políticas de Permanência nas Universidades e Produção de Subjetividades" tem realizado reuniões mensais para discutir ações pertinentes ao projeto. As reuniões foram coordenadas pela Profa. Dolores Galindo, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), e abordaram temas como a estrutura, metodologia, a formação do Comitê de Acompanhamento e a definição das fases do projeto, além da importância do reconhecimento da produção científica de mulheres quilombolas. O projeto reúne uma equipe multidisciplinar composta por pesquisadoras de oito universidades, incluindo a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). As participantes incluem Ana Karenina de Melo Arraes Amorim (UFRN), Candida Soares da Costa (UFMT), Denize de Almeida Ribeiro (UFRB), Flávia Cristina Silveira Lemos (UFPA), Karla Adriana Bessa (Unicamp), Karla Galvão Adrião (UFPE), Maristela de Melo Moraes (UFCG). **[Confira aqui.](#)**

I Encontro de Estudantes Quilombolas

O I Encontro de Estudantes Quilombolas foi realizado em 12 de abril de 2024, na Biblioteca de Saúde da UFBA (BUS-UFBA, reuniu estudantes da UFBA, UFRB e UNEB para debater o impacto da autonomia reprodutiva nas trajetórias formativas das mulheres quilombolas. O evento, organizado pelo GEM e NEIM, foi coordenado pela Profa. Dra. Sílvia Lúcia Ferreira (UFBA) e Eliana Sacramento (UNEB) e resultou na formulação de propostas para enfrentar desigualdades e promover oportunidades educacionais. **[Confira aqui.](#)**

Lançamento do Podcast "Mulheres Quilombolas nas Ciências"

No dia 13 de maio de 2024, o INCT Caleidoscópio lançou o podcast "Mulheres Quilombolas nas Ciências: de quilombola para quilombola", idealizado pela Incubadora Social Feminista Antirracista Norte, Nordeste e Amazônia Legal. Vinculado ao projeto de pesquisa "Mulheres Quilombolas nas Ciências: Políticas de Permanência nas Universidades e Produção de Subjetividades", o programa é conduzido pela advogada quilombola, Ma. Naryanne Ramos e apresenta entrevistas com intelectuais negras quilombolas, destacando suas trajetórias e contribuições para a ciência. O primeiro episódio traz a participação da professora Givânia Maria da Silva, e os episódios estão disponíveis nas plataformas Spotify e YouTube, promovendo a visibilidade das produções acadêmicas dessas mulheres. **[Confira aqui.](#)**



Oficina Piloto "Meninas Quilombolas nas Ciências". Foto: Incubadora do INCT Caleidoscópio

III Congresso Internacional de Tecnologia em Saúde

Entre os dias 14 e 17 de maio de 2024, ocorreu o III Congresso Internacional de Tecnologia em Saúde na Universidade Federal da Bahia, onde a Profa. Dra. Sílvia Lúcia Ferreira, da Incubadora Social Feminista Antirracista Norte-Nordeste e Amazônia Legal, apresentou trabalhos sob sua orientação e participou de uma mesa redonda sobre cuidados à saúde. Dentre os trabalhos destacados, estiveram os pôsteres "Proposição sobre a dinâmica biossocial de gestantes com doença falciforme" e "Avaliação do ciclo de resposta sexual em mulheres com anemia falciforme", além da comunicação oral "Fortalecendo laços e construindo pontes: relato de experiência do encontro de estudantes quilombolas", elaborada em colaboração com docentes e estudantes. [Confira aqui.](#)

Participação no curso sobre Cotas Raciais

A Profa. Dra. Zizele Ferreira, pós-doutoranda bolsista da Incubadora Social Feminista Antirracista Norte-Nordeste e Amazônia Legal do INCT Caleidoscópio, participou do curso "Cotas Raciais e Heteroidentificação: Perspectivas para Atuação em Comissões de

Seleção de bolsista quilombola de apoio técnico Nível Superior no INCT Caleidoscópio

No dia 23 de julho de 2024, foi divulgada a chamada pública para a seleção de uma bolsista quilombola de apoio técnico nível superior (AT-NS) na Incubadora Social do INCT Caleidoscópio. A vaga é voltada para o projeto "Mulheres Quilombolas nas Ciências: políticas de permanência nas universidades e produção de subjetividades", que se dedica a desenvolver tecnologias sociais voltadas para a prevenção de violências interseccionais e suporte às trajetórias educacionais de mulheres quilombolas residentes na Paraíba. As inscrições para a bolsa foram abertas até 28 de julho de 2024. [Confira aqui.](#)

Seminário Mulheres Quilombolas nas Ciências: Posse do Conselho e Assinatura do Termo de Compromisso Cidadão com a CONAQ

No dia 7 de agosto de 2024, ocorreu o seminário "Mulheres Quilombolas nas Ciências: Posse do Conselho e Assinatura do Termo de Compromisso Cidadão com a CONAQ", realizado em parceria com o INCT Caleidoscópio. O evento, transmitido ao vivo, contou com a presença de autoridades

Validação" na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), realizado de 14 a 17 de maio de 2024. Durante o curso, que teve carga horária de 20 horas, Zizele foi palestrante na mesa redonda "Comissões de Heteroidentificação: Importância e Procedimentos", onde apresentou dados sobre as iniciativas em andamento na Incubadora, incluindo um Banco de Dados sobre Políticas de Ações Afirmativas para Quilombolas e o projeto "Trajetórias Formativas de Mulheres Quilombolas e Boas Práticas de Políticas de Ações Afirmativas no Ensino Superior". [Confira aqui.](#)

Reuniões da equipe interinstitucional do projeto

Durante o terceiro trimestre de 2024, a equipe interinstitucional do projeto "Mulheres Quilombolas nas Ciências: Políticas de Permanência nas Universidades e Produção de Subjetividades" realizou reuniões mensais em datas como 10 de julho, 28 de agosto e 25 de setembro. Essas reuniões, coordenadas pela Profa. Dolores Galindo, abordaram temas essenciais para o desenvolvimento do projeto, incluindo a avaliação das práticas aplicadas e a importância do reconhecimento da produção científica de mulheres quilombolas.

Incubadora de Pesquisas Feministas Antirracistas na CLACSO: Reflexões sobre Materpaternidades e Maternidades Quilombolas

No dia 3 de julho de 2024, a Incubadora de Pesquisas Feministas Antirracistas participou do Seminário-Taller "Interrogando las Materpaternidades en América Latina hoy", organizado pela CLACSO. O evento discutiu as dinâmicas contemporâneas de maternidade e paternidade em contextos de marginalização, destacando as contribuições das mulheres negras quilombolas. A Profa.

acadêmicas e políticas e formalizou um compromisso de colaboração entre a Incubadora e a CONAQ, visando promover atividades educativas e de pesquisa para as comunidades quilombolas. Além disso, foram lançadas novas iniciativas, como a homepage da Incubadora e o Programa de Podcast "Mulheres Quilombolas nas Ciências".

Oficinas da Incubadora

As oficinas da Incubadora de Pesquisas Feministas Antirracistas avançaram em sua programação a partir de julho de 2024, coordenadas pela Profa. Dra. Zizele Ferreira e supervisionadas pela Profa. Dra. Dolores Galindo. Essas oficinas têm como foco discutir as barreiras no acesso ao ensino superior enfrentadas por mulheres quilombolas, além de desenvolver práticas inclusivas de Políticas Públicas de Ações Afirmativas. A série de oficinas resultará na criação de Cadernos de Orientação, com temas como maternidade, saúde e trajetórias acadêmicas. [Confira aqui.](#)

Oficina piloto "Meninas quilombolas nas ciências" apresenta a produção científica de mulheres quilombolas

No dia 30 de agosto de 2024, a Escola Municipal Quilombola Professora Antônia do Socorro Silva Machado, localizada no Quilombo Paratibe em João Pessoa, recebeu uma oficina pré-teste do Guia "Meninas Quilombolas nas Ciências: Podcast na Sala de Aula", voltada para estudantes do 9º ano. A oficina foi conduzida pela Profa. Dra. Zizele Ferreira e supervisionada pela Profa. Dra. Dolores Galindo, coordenadora do projeto "Mulheres Quilombolas nas Ciências: Políticas de Permanência nas Universidades e Produção de Subjetividades". O Guia tem como objetivo fornecer subsídios para a articulação do tema Mulheres Quilombolas nas Ciências às Diretrizes Nacionais da Educação

Dra. Dolores Galindo coordenou o Taller "Materpaternidades y mujeres negras quilombolas", enquanto a mestranda Nirda Rosa de Oliveira compartilhou suas experiências na Comunidade Quilombola do Chumbo, e a Profa. Dra. Zizele Ferreira discutiu a relação entre biografias de mães quilombolas e suas percepções sobre a educação. [Confira aqui.](#)

Escolar Quilombola, incluindo roteiros para oficinas em sala de aula e material complementar com informações teóricas sobre as mulheres negras quilombolas nas ciências. [Confira aqui.](#)



Dolores Galindo é Membro do Núcleo Gestor do INCT Caleidoscópio. Possui Pós-Doutorado (2013-2015), Doutorado (2006) e mestrado (2002) em Psicologia Social pela Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), com Doutorado Sanduíche na Universidade Autônoma de Barcelona (2004). Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 1999. Atua como Professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade da UNESP/Assis e no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso.



Silvia Lúcia Ferreira é Membro do Núcleo Gestor do INCT Caleidoscópio. Fundadora, Pesquisadora e Líder de Pesquisa do GEM (Centro de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres, Gênero, Saúde e Enfermagem criado em 1988, na Escola de Enfermagem da UFBA. Pesquisadora do NEIM (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, desde 1988, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas). Profa. do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo.



Zizele Ferreira dos Santos é Pós-doutoranda do INCT Caleidoscópio. Fundadora. Possui graduação em Letras - Português e Inglês - pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2005) e Mestrado em Educação (2016) pela Universidade Federal de Mato Grosso. Doutora em Educação (2022) pela Universidade Federal de Mato Grosso (PPGE/IE/UFMT) e integra o Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação (NEPRE)



Naryanne Ramos é Apoio técnico a pesquisa do do INCT Caleidoscópio. Possui graduação em Direito pela Universidade de Cuiabá (2018). Mestra em Estudo de Cultura Contemporânea pela Universidade Federal de Mato Grosso.



Gabriela Sena é Apoio técnico a pesquisa do do INCT Caleidoscópio. Possui graduação em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.



Maria Simone da Silva Santino é Apoio técnico a pesquisa do do INCT Caleidoscópio. Graduada em Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo, com Habilitação em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande-UFCG (2024). Atualmente faz parte da associação dos moradores do Quilombo Caiana dos Crioulos, Alagoa Grande-PB, tendo atuado como vice-secretária no período de 2014 a 2017.

Dicas de Leitura

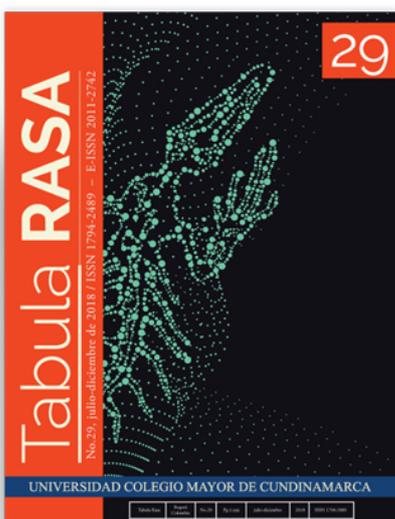


Imagem: Revista Tabula Rasa

Feminismos e ferida colonial: uma proposta para o resgate dos corpos sequestrados no Brasil

Por Inara Fonseca e Morgani Guzzo

Com base na reflexão sobre os processos de exploração/dominação fundados no período colonial em território brasileiro, buscamos, neste artigo, relacionar a instituição do sistema capitalista moderno colonial no tempo histórico da colonização com as marcas visíveis e invisíveis da colonialidade de gênero (Lugones, 2008) sobre os corpos de mulheres brasileiras (indígenas, negras, mestiças e brancas) no tempo presente. Por meio da

revisão bibliográfica sobre a produção de intelectuais feministas negras brasileiras (Gonzalez, 1984; Carneiro, 2003; Ribeiro, 2017), de latino-americanas (Lugones, 2008; 2014; Anzaldúa, 1987) e da ideia de lócus fraturado, apresentamos uma proposta feminista decolonial que permita, ao mesmo tempo, a superação da perspectiva identitária fundada nas hierarquias e dicotomias que mantêm o funcionamento do Sistema Moderno/Colonial de Gênero heteropatriarcal, racista e capitalista; e a articulação entre movimentos feministas e de mulheres baseada na escuta radical das múltiplas experiências de sujeitas marcadas de forma desigual pela colonialidade de gênero.

Saiba mais

Gênero e os trabalhos das mulheres

Percursos de uma trajetória de pesquisa

Por Maria Rosa Lombardi, Maria Lúcia Vannuchi e Lúcia Villas

Bôas

O livro analisa, desde os anos 1990, dois polos: o vulnerável e precário, em que está inserida a grande maioria das trabalhadoras; e o virtuoso, em que cada vez mais mulheres desempenham atividades prestigiadas ou de elite. Nesses quase 25 anos percorridos, duas faces complementares e contraditórias se consolidaram. De um lado, a expansão inegável da presença feminina no mercado de trabalho, em praticamente todas as atividades. De outro, a constância das desigualdades e dos preconceitos de gênero que continuam ativos, influenciando as possibilidades das trajetórias laborais das mulheres e reproduzindo a divisão sexual do trabalho e as relações sociais de gênero vigentes.

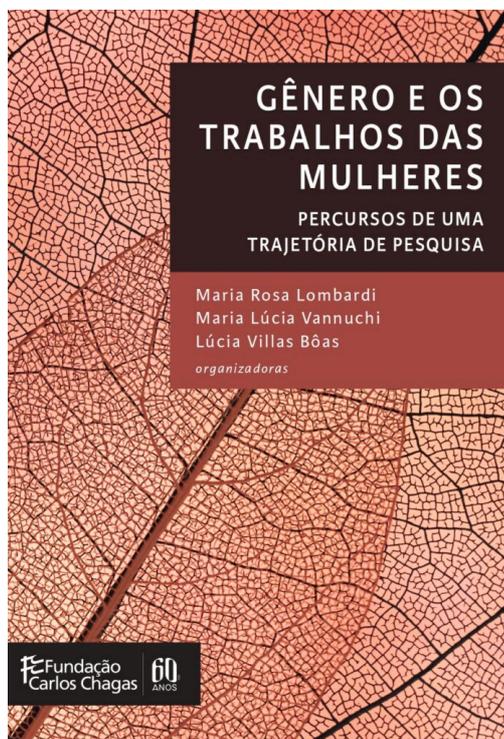


Imagem: Fundação Carlos Chagas

Saiba mais



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



Nosso endereço de correspondência é:
Campus Universitário Darcy Ribeiro, Brasília-DF | CEP 70910-900

Quer mudar como você recebe esses e-mails?
Você pode [atualizar suas preferências](#) ou [cancelar a assinatura](#)